



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO



fls. 1

Inquerito Policial

2033621-12.2025.140154

Unidade Policial : DEIC-4ª DCCIBER-LAVAGEM  
Data de Instauração : 2025-01-29 12:08:23.986  
Integrantes do Inquérito : CARTÓRIO 3 - RAFAEL  
Foro : Foro Central Criminal Barra Funda  
Vara :  
Competência : DIPO - Depto de Inquéritos Policiais  
Classe Processual : Inquérito Policial  
Assunto Principal : Outras fraudes  
Número do processo CNJ :  
Data Ocorrência : 01/12/2024

Capitulações

Art 155/\* caput /Decreto-Lei 2.848/40 -Código Penal

Pessoas cadastradas no Procedimento

| Nome                          | Tipo          | RG       | Origem | Réu Preso |
|-------------------------------|---------------|----------|--------|-----------|
| LUIS FELIPE FIOCATI MELGAREJO | Representante | 43554595 | CVI    |           |
| REPRESENTANTE                 | Representante |          | INQ    |           |



2033621122025140154



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA  
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO



Nº Inquérito: 2033621

Ano: 2025

Delegacia: DEIC-4ª DCCIBER-LAVAGEM

**PORTARIA**

A **POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO**, por intermédio do Delegado de Polícia subscritor, no exercício de suas funções expressamente definidas nos artigos 144, § 4º, da Constituição Federal, artigo 2º, § 1º, da Lei Federal nº 12.830/2013, artigo 4º e seguintes do Código de Processo Penal (Decreto-lei nº 3.689/1941), artigo 140, § 3º, da Constituição do Estado de São Paulo e artigo 1º, §§ 1º e 2º da Lei Complementar Estadual nº 1.152/2011,

**RESOLVE INSTAURAR** inquérito policial para apuração dos fatos narrados na requisição formulada pela empresa Goshme Soluções para a Internet LTDA. (Jusbrasil), inscrita no CNPJ nº 07.112.529/0001-46, dando conta da suposta prática de crimes envolvendo remoção indevida de dados da plataforma digital Jusbrasil, perpetrada supostamente pelo ex-colaborador Roger Cristian Almeida Viana, Luiz Fellipe Hau Maoski Chulka e Fabiano Dalloca.

Devidamente registrada, deverá o Sr. escrivão de polícia a quem o feito seja distribuído adotar as seguintes providências:

- 1 - Juntar os documentos pertinentes.
- 2 - Solicitar cópia integral das auditorias internas realizadas pelo Jusbrasil, bem como dos registros eletrônicos e logs de acesso dos investigados à plataforma da empresa.
- 3 - Intimar os investigados Roger Cristian Almeida Viana, Luiz Fellipe Hau Maoski Chulka e Fabiano Dalloca, para que apresentem sua versão dos fatos, juntando-se folha de antecedentes criminais

Após o cumprimento das diligências acima, voltem-me conclusos para ulteriores deliberações.

Cumpra-se.

MARCEL MADRUGA  
Delegado de Polícia

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DELEGADO TITULAR DA 4ª  
DELEGACIA DE POLÍCIA DA DIVISÃO DE CRIMES CIBERNÉTICOS  
DE SÃO PAULO/SP**

**GOSHME SOLUÇÕES PARA A INTERNET**

**LTDA. (“Jusbrasil”)**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.112.529/0001-46, com filial na Rua Henrique Schaumann, nº 270, Jardim Paulista, São Paulo/SP, CEP: 05413-010, por seus Advogados que esta subscrevem (Procuração Anexa, **Doc. 01**), vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, com fundamento no artigo 5º, inciso II e §3º, do Código de Processo Penal, requerer a competente instauração de Inquérito Policial, consubstanciada nas razões a seguir expostas:

**1 – BREVE RELATO INTRODUTÓRIO**

A **Goshme Soluções para a Internet LTDA.** – mais conhecida como **Jusbrasil** – é uma *legaltech* fundada, em 2008, com o compromisso de transformar o acesso à justiça por meio da tecnologia.

Vale, ainda, destacar que o **Jusbrasil** é a primeira empresa 100% brasileira a fornecer pesquisa virtual unificada (apenas um campo para preenchimento) sobre informações jurídicas numa base de dados tão vasta.

Afinal, o **Jusbrasil** – além de organizar, em seu sítio eletrônico, as informações públicas coletadas direta e automaticamente dos Sistemas de Justiça e Diários Oficiais do nosso país – facilita, por meio das ferramentas disponibilizadas pela plataforma, o acesso ao referido conteúdo aos operadores e a estudantes de direito, bem como às partes diretamente envolvidas em processos e à população em geral, a partir da reunião, em uma só plataforma, de precedentes judiciais, publicações dos Diários Oficiais, andamentos processuais, doutrina, artigos e notícias relevantes.

É importante ressaltar que todo o conteúdo que é divulgado nas plataformas do **Jusbrasil** provém de bancos de dados públicos, e a coleta dos dados é realizada em consonância com a Recomendação CNJ nº 74/2020.

Sob essa ótica, é inegável que o **Jusbrasil democratiza o acesso a esses dados**, em linha com seu propósito de **otimizar a transparência, a confiabilidade e o acesso à informação pública de relevância jurídica**, trazendo o acesso rápido e fácil a conteúdos de alto valor.

Diante da importância de sua atuação na divulgação de informações de interesse público, o **Jusbrasil** promove constante esforço no sentido de manter e preservar a confiabilidade dos dados transmitidos, de forma a garantir que o conteúdo disponível no *website* da empresa seja um reflexo daquele encontrado no âmbito dos sítios eletrônicos dos Tribunais Pátrios, efetivamente viabilizando o acesso à informação de relevância jurídica.

De toda forma, em se tratando de dados de terceiros, ainda que públicos, o **Jusbrasil**, em observância ao disposto na legislação pátria e em respeito aos direitos dos titulares de dados, permite, – desde que observados os requisitos que serão tratados adiante – a remoção ou “desidentificação” de informações existentes na plataforma, via ferramenta própria.

Tal processo de remoção/desidentificação de conteúdo poderá ensejar: **i)** a substituição de termos aptos a identificar diretamente os indivíduos, como por exemplo o nome e o CPF, que poderão ser trocados por acrônimos e/ou por uma sequência de caracteres aleatórios; e/ou **ii)** a remoção de páginas inteiras, contendo determinados dados.

Portanto, é possível solicitar a desidentificação do nome, CPF, telefone e endereço de pessoas naturais, desde que não sejam relativas a Pessoas Expostas Politicamente e/ou indivíduos candidatos a cargos públicos, devido ao alto interesse público nestes dados.

Adicionalmente, é importante consignar que a utilização da ferramenta de remoção/desidentificação de conteúdo ora em discussão é totalmente gratuita para os titulares de dados, sejam eles assinantes da plataforma ou não.

A solicitação em comentário somente pode ser efetuada pelos respectivos titulares dos dados, que deverão ser pessoas físicas, pois, em se tratando de pessoas jurídicas, o **Jusbrasil** somente realiza remoções/desidentificações de informações se houver decisão judicial neste sentido.

Além da ferramenta acima mencionada, o **Jusbrasil** também dispõe de um canal de atendimento próprio, com uma equipe interna dedicada a atender diversos tipos de solicitações de seus assinantes e, ocasionalmente, solicitações relacionadas à remoção/desidentificação de dados pessoais de titulares de dados.

Nesse sentido, todos os colaboradores da empresa que lidam com essas atividades são, invariavelmente, submetidos a treinamentos

trimestrais/quadrimestrais (**Doc. 02**), nos quais são transmitidos todos os requisitos necessários para efetuar o atendimento às solicitações de remoções/desidentificações de conteúdo de titulares de dados pessoais, quais sejam (**Doc. 03**):

- i) apenas os titulares dos dados – e/ou terceiros representantes e munidos da respectiva Procuração – poderão solicitar a remoção/desidentificação das informações;
- ii) a solicitação deve estar acompanhada de documento pessoal do titular de dados, com foto; e
- iii) não são feitas desidentificações de pessoas jurídicas ou de advogados.

Outrossim, para que tal atendimento e, consequentemente, procedimento de remoção/desidentificação de conteúdo esteja em consonância com as determinações e as políticas internas da empresa, seus funcionários devem seguir as seguintes etapas durante o atendimento de solicitações dos titulares de dados:

- i) verificar a existência de um ticket de atendimento do solicitante, aberto pelo sistema Zendesk após o titular dos dados entrar com a solicitação diretamente através do sítio eletrônico do **Requerente**; e
- ii) realização de triagem consistente na análise dos documentos enviados pelo titular dos dados – ou por terceiros munidos de instrumento de mandato –, a fim de verificar se as informações ali contidas são condizentes com o conteúdo a ser removido, bem como para garantir que o solicitante é o titular dos

dados ou possui poderes outorgados pelo último.

A importância de que todos os colaboradores sigam estritamente as regras acima mencionadas reside, justamente, na necessidade de manter a confiabilidade e integralidade dos conteúdos públicos disponibilizados na plataforma da empresa.

Ocorre que, não obstante todos os esforços empreendidos pelo Jusbrasil para preservar a qualidade, confiabilidade e completude das informações públicas integrantes de seu ativo digital e disponibilizadas em seu sítio eletrônico, o ex-colaborador Roger Cristian Almeida Viana (CPF: 114.913.544-10) – o qual exercia a função de “support analyst” –, em conjunto com os Srs. Luiz Felliipe Maoski e Fabiano Dalloca, criou um sistema ilegal de remoção de dados da plataforma da empresa, a fim de se beneficiar financeiramente. Vejamos:

## 2 – DOS FATOS

Conforme exposto no tópico introdutório, o **Jusbrasil**, em observância ao disposto na legislação pátria e em respeito aos direitos dos titulares de dados, permite – desde que observados os já mencionados requisitos – a remoção ou “desidentificação” de informações existentes na plataforma.

Contudo, a empresa constatou, a partir do início do ano de 2024, um uso abusivo da ferramenta de remoção de conteúdo da plataforma.

Sendo assim – visando identificar, através de dados comparativos, quais eram os colaboradores responsáveis pelo uso não autorizado do dispositivo de remoção de conteúdo da plataforma –, o



**Requerente** instaurou uma auditoria interna focada nas ferramentas de remoção de conteúdo.

Após o desenvolvimento dos trabalhos e das apurações internas, foi possível verificar que o então analista de suporte **Roger Cristian Almeida Viana** (CPF: 114.913.544-10) – contratado pela empresa em 18 de abril de 2022 (**Doc. 04**) –, realizou remoções/desidentificações, de conteúdo no website da empresa, em quantidade absurdamente maior do que os outros colaboradores responsáveis por exercer esta mesma função (Doc. 05):

| [Jarvis] Agregado de utilização de comando - user range |      |                           |            |
|---|------|---------------------------|------------|
| display_name  | date | command                   | quantidade |
| roger.cristian  | 2024 | anonimizar-processos-nome | 2.124      |
| [REDACTED]  | 2024 | anonimizar-processos-nome | 258        |
| [REDACTED]  | 2024 | anonimizar-processos-nome | 206        |
| [REDACTED]  | 2024 | anonimizar-processos-nome | 194        |
| [REDACTED]  | 2024 | anonimizar-processos-nome | 113        |
| [REDACTED]  | 2024 | anonimizar-processos-nome | 89         |

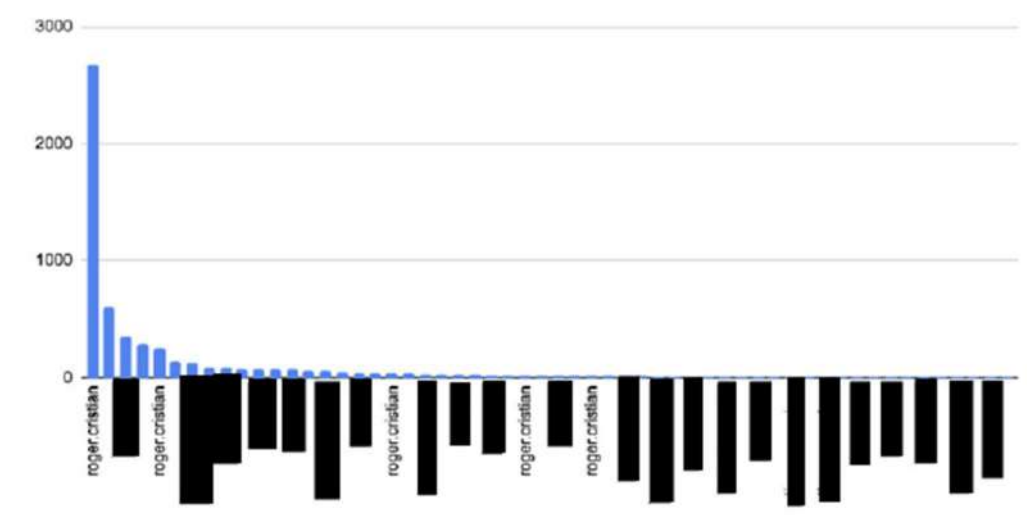
  

| [Jarvis] Agregado de utilização de comando - user range |      |                |            |
|---|------|----------------|------------|
| display_name  | date | command        | quantidade |
| roger.cristian  | 2024 | remover-topico | 7.883      |
| [REDACTED]  | 2024 | remover-topico | 25         |
| [REDACTED]  | 2024 | remover-topico | 23         |
| [REDACTED]  | 2024 | remover-topico | 23         |
| [REDACTED]  | 2024 | remover-topico | 12         |
| [REDACTED]  | 2024 | remover-topico | 10         |



| [Jarvis] Agregado de utilização de comando - user range |      |                                |            |
|---|------|--------------------------------|------------|
| display_name  | date | command                        | quantidade |
| roger.cristian  | 2024 | solicitar-remocao-busca-unsafe | 538        |
| [REDACTED]  | 2024 | solicitar-remocao-busca-unsafe | 5          |
| [REDACTED]  | 2024 | solicitar-remocao-busca-unsafe | 4          |
| [REDACTED]  | 2024 | solicitar-remocao-busca-unsafe | 1          |

| [Jarvis] Agregado de utilização de comando - user range |      |                                |            |
|---|------|--------------------------------|------------|
| display_name  | date | command                        | quantidade |
| roger.cristian  | 2024 | remover-topico                 | 7.883      |
| roger.cristian  | 2024 | anonimizar-processos-nome      | 2.124      |
| [REDACTED]  | 2024 | anonimizar-parte-processo      | 1.207      |
| roger.cristian  | 2024 | solicitar-remocao-busca-unsafe | 538        |
| [REDACTED]  | 2024 | anonimizar-parte-processo      | 524        |
| [REDACTED]  | 2024 | anonimizar-parte-processo      | 378        |



Como se vê das planilhas acima colacionadas, o ex-funcionário realizou, apenas em 2024, mais 7 mil remoções de tópicos – retirada do ar de uma página específica da plataforma, de forma a torná-la inacessível para todos

– enquanto seus colegas não chegaram nem ao simbólico número de 50 remoções cada.

Considerando informações de partes envolvidas em processos, páginas inteiras (tópicos), dados específicos, correlação entre resultado e parâmetro, base de possíveis buscas, dentre outras, Roger efetuou mais de 10.000 desidentificações, número exponencialmente maior do que o realizado pelos demais analistas de suporte que figuram, logo depois dele, como responsáveis pela maior quantidade de remoções (Doc. 06):

| Comandos Executados            | Quantidade de Execuções | Descrição dos Comandos   |
|--------------------------------|-------------------------|--|
| anonimizar-parte-processo      | 228                     | Comando que desidentifica um dado específico de uma página indicada no ato da execução do comando;   |
| anonimizar-processos-nome      | 2123                    | Comando que desidentifica todos os dados de um nome específico, indicado no ato da execução do comando;                                    |
| remover-topico                 | 7865                    | Comando que tira uma página específica do ar, ficando inacessível para qualquer pessoa. A página é indicada no ato de execução do comando; |
| solicitar-remocao              | 3                       | Comando que remove a correlação entre um resultado e um parâmetro base;  |
| solicitar-remocao-busca        | 5                       | Comando que remove a correlação entre um resultado e um parâmetro base de busca;   |
| solicitar-remocao-busca-all    | 5                       | Comando que remove a correlação entre um resultado e um parâmetro base de todas as buscas possíveis;                                       |
| solicitar-remocao-busca-unsafe | 537                     | Comando que remove a correlação entre um resultado e um parâmetro base de todas as buscas possíveis, com ou sem autenticação de login.     |
| <b>Total</b>                   | <b>10766</b>            |  |

Dentre as aludidas exclusões, é possível afirmar, com absoluta certeza, que ao menos 1.362 (mil, trezentas e sessenta duas) delas foram

realizadas sem a devida observância das regras e procedimentos adotados e recomendados pelas políticas internas do **Jusbrasil**, mencionadas no tópico introdutório (e amplamente divulgadas pela empresa em seus treinamentos e materiais internos, de notório conhecimento de todas os colaboradores de suporte) – (Doc. 07).

É importante ressaltar que Roger, durante os dois anos em que trabalhou na empresa, participou de, ao menos 6 (seis) treinamentos sobre o assunto (Doc. 08) – os quais eram realizados de forma trimestral/quadrimestral –, além de ter recebido todos os informativos e divulgações sobre o tema, enviados pela empresa, já mencionados no arrazoado (vide Doc. 03).



Nenhuma dessas mais de 1.000 desidentificações possuem lastro, ou seja, não é possível identificar a correlação entre a execução do comando de remoção a uma solicitação de um titular de dados pessoais e, consequentemente, a um ou mais tickets abertos no sistema da Zendesk.

Ou seja, não existiu solicitação formal de titulares de dados pessoais acerca dos procedimentos executados por Roger, que, portanto, excluiu, de forma indevida, – eis que em contrariedade às políticas da empresa – informações públicas relevantes e integrantes do ativo digital e da plataforma do Requerente. Por qual motivo estaria Roger, por iniciativa própria, executando procedimentos de remoção/desidentificação de conteúdo?


Pois bem. Antes mesmo dessas descobertas, já havia causado estranheza ao **Jusbrasil**, o fato de que **Roger** operou os comandos indevidos, inclusive, durante o período em que gozava de férias (Doc. 09):


Monday, August 12th


- 


2:19 PM with the  iOS App (iPhone)  
 IP 177.57.193.54.
- 



2:19 PM with the  Android App  
 IP 201.26.109.197. There was one additional login from this device, at 3:59 PM.
- 


2:19 PM with the  Mac Desktop App  
 IP 189.40.95.232. There were 5 additional logins from this device, with the most recent at 6:15 PM.
- 

**roger cristian**  
 2:19 PM with the  Mac Desktop App  
 IP 189.4.74.103. There were 5 additional logins from this device, with the most recent at 5:57 PM.
- 

2:19 PM with the  iOS App (iPhone)  
 IP 177.51.252.7.
- 

2:19 PM with the  iOS App (iPhone)  
 IP 200.225.115.116.
- 

2:18 PM with the  Android App  
 IP 189.96.25.149. There was one additional login from this device, at 2:18 PM.
- 

**Jira**  
 2:18 PM from App  Jira Cloud  
 IP 54.210.167.24. There were 4 additional logins from this device, with the most recent at 7:26 PM.

Settings Permissions Authentication Attachments Access Logs

This page lists details about account access for all members of your workspace. It is only accessible to administrators. Individual members can view their own access logs at <https://jusbrasil.slack.com/account/logs>.

Monday, August 12th

2:45 PM with the Slack Web App  
IP 45.171.139.91.

 **roger cristian**  
2:45 PM with the iOS App (iPhone)  
IP 189.4.74.103. There were 2 additional logins from this device, with the most recent at 5:35 PM.

2:45 PM with the iOS App (iPhone)  
IP 189.0.145.94. There were 2 additional logins from this device, with the most recent at 2:45 PM.

2:45 PM with the iOS App (iPhone)  
IP 191.15.42.109.

2:45 PM from App Google Calendar  
IP .

2:45 PM from App Google Calendar  
IP .

2:45 PM from App Google Calendar  
IP .

```

2024-08-12T18:55:43.673Z audit {"command":"pedido-remocao 11887947","display_name":"lainieles"}
2024-08-12T18:56:41.812Z audit {"command":"ativar-conta-multiusuario 6463454 5","display_name":"patricia"}
Sending automatic request: {
  tipoEntidade: 'PROCESSO',
  idEntidade: '1487975573',
  nomeRemocao: 'Mesley Thiago Fernandes da Costa Silva',
  nomeRequisitante: 'roger.cristian (via jarvis)',
  emailRequisitante: 'bot@jusbrasil.com.br',
  opcoesRemocao: [ 'REMOVER_NOME', 'REMOVER_DOC_JUSBRASIL', 'REMOVER_DOC_GOOGLE' ],
  telefoneRequisitante: '(00) 0000-0000',
  motivoRemocao: 'SEGREGDO_JUSTICA',
  resposta: 'APROVADO',
  url: 'https://www.jusbrasil.com.br/processos/1487975573/peca-documentos-diversos-trt83-acao-execucao-provisoria-ap-contra-petroleo-brasileiro-petrobras-e-seiton-industrial-eireli-1487975573',
  anexo: null,
  ipAddress: '0.0.0.0'
}

```

E, após a empresa bloquear seu acesso ao sistema do Jusbrasil, foram identificadas inúmeras tentativas de login do usuário, demonstrando desespero para entrar em sua conta corporativa (**Doc. 10**):



| Date                      | User              | Event              | Description                      | Login type      | Challenge type | Is suspicious | Is second factor | IP address    |
|---------------------------|-------------------|--------------------|----------------------------------|-----------------|----------------|---------------|------------------|---------------|
| 2024-08-13T00:35:08-03:00 | roger.cristian@ju | Login failure      | Roger Cristian fa Google passwon | Password        |                | FALSE         | FALSE            | 2a02:26f7:e50 |
| 2024-08-13T00:17:20-03:00 | roger.cristian@ju | Login failure      | Roger Cristian fa Reauth         | Password        |                | FALSE         | FALSE            | 2804:14d:bac  |
| 2024-08-12T23:52:13-03:00 | roger.cristian@ju | Login failure      | Roger Cristian fa Reauth         | Password        |                | FALSE         | FALSE            | 2a02:26f7:e50 |
| 2024-08-12T21:57:07-03:00 | roger.cristian@ju | Login failure      | Roger Cristian fa Google passwon | Password        |                | FALSE         | FALSE            | 2a09:bac2:ce4 |
| 2024-08-12T20:58:52-03:00 | roger.cristian@ju | Login failure      | Roger Cristian fa Google passwon | Password        |                | FALSE         | FALSE            | 2804:14d:bac  |
| 2024-08-12T19:35:13-03:00 | roger.cristian@ju | Login failure      | Roger Cristian fa Reauth         | Password        |                | FALSE         | FALSE            | 2804:14d:bac  |
| 2024-08-12T19:17:41-03:00 | roger.cristian@ju | Login failure      | Roger Cristian fa Google passwon | Password        |                | FALSE         | FALSE            | 2a09:bac2:ce1 |
| 2024-08-12T18:44:43-03:00 | roger.cristian@ju | Login failure      | Roger Cristian fa Google passwon | Password        |                | FALSE         | FALSE            | 2a09:bac2:ce1 |
| 2024-08-12T18:28:54-03:00 | roger.cristian@ju | Login failure      | Roger Cristian fa Google passwon | Password        |                | FALSE         | FALSE            | 2a09:bac3:ce6 |
| 2024-08-12T18:18:49-03:00 | roger.cristian@ju | Login failure      | Roger Cristian fa Reauth         | Password        |                | FALSE         | FALSE            | 2804:14d:bac  |
| 2024-08-12T17:58:31-03:00 | roger.cristian@ju | Login success      | Roger Cristian lo Google passwon | Password        |                | FALSE         | FALSE            | 2a02:26f7:e50 |
| 2024-08-09T02:24:23-03:00 | roger.cristian@ju | Login success      | Roger Cristian lo Google passwon | Password, Other |                | FALSE         | FALSE            | 2804:14d:bac  |
| 2024-08-09T02:24:23-03:00 | roger.cristian@ju | Login verification | Roger Cristian w Google passwon  | Other           |                | FALSE         | FALSE            | 2804:14d:bac  |
| 2024-08-06T12:01:33-03:00 | roger.cristian@ju | Login success      | Roger Cristian lo Reauth         | None            |                | FALSE         | FALSE            | 2804:29b8:51f |
| 2024-08-05T22:45:50-03:00 | roger.cristian@ju | Login success      | Roger Cristian lo Reauth         | None            |                | FALSE         | FALSE            | 2804:29b8:51f |
| 2024-08-05T22:41:49-03:00 | roger.cristian@ju | Login success      | Roger Cristian lo Google passwon | Password, Other |                | FALSE         | FALSE            | 2804:29b8:51f |
| 2024-08-05T22:41:49-03:00 | roger.cristian@ju | Login verification | Roger Cristian w Google passwon  | Other           |                | FALSE         | FALSE            | 2804:29b8:51f |
| 2024-07-29T22:43:04-03:00 | roger.cristian@ju | Login success      | Roger Cristian lo Google passwon | Password        |                | FALSE         | FALSE            | 2804:29b8:51f |
| 2024-07-26T16:48:07-03:00 | roger.cristian@ju | Login success      | Roger Cristian lo Google passwon | Password        |                | FALSE         | FALSE            | 2a09:bac2:63e |

Vale ressaltar, nesse ponto, que, após retornar de férias, o **ex-colaborador** foi desligado da empresa, tendo em vista as suspeitas de má utilização da ferramenta de remoções.

Todos os fatos acima descritos, somados à ausência de lastro e de solicitações formais de titulares de dados pessoais relativas à parte considerável das remoções feitas por **Roger**, fizeram com que o **Jusbrasil** passasse a desconfiar de que ele estaria recebendo vantagens financeiras ilícitas para realizar, por meio do indevido acesso interno à plataforma proprietária do **Jusbrasil**, serviços de remoção ou desidentificação.

Ao aprofundar esse ponto, o **Jusbrasil** constatou que todas as remoções já identificadas como indevidas e efetuadas por Roger guardam relação com indivíduos que, quando do cadastro de suas contas, indicaram e-mails cujo domínio é de propriedade de Fabiano Dalloca (Doc. 11):

| Correlações Identificadas           | Descrição da Correlação   | Número de Dados Afetados por Roger Cristian |
|-------------------------------------|---|---|
| Valeria Cristina Silverio           | o domínio do e-mail da conta de Valéria é "@liberdadeeregra", de propriedade de Fabiano Dalloca. Tanto Fabiano quanto Roger realizaram desidentificações para o titular de dados identificado   | 12  |
| Joel Custodio Cardoso               | o domínio do e-mail da conta de Joel é "@liberdadeeregra", de propriedade de Fabiano Dalloca. Tanto Fabiano quanto Roger realizaram desidentificações para o titular de dados identificado      | 400   |
| Israel Tropeiro da Silva            | o domínio do e-mail da conta de Israel é "@liberdadeeregra", de propriedade de Fabiano Dalloca. Tanto Fabiano quanto Roger realizaram desidentificações para o titular de dados identificado    | 1   |
| Gilmar Pires de Magalhães           | o domínio do e-mail da conta de Gilmar é "@liberdadeeregra", de propriedade de Fabiano Dalloca. Tanto Fabiano quanto Roger realizaram desidentificações para o titular de dados identificado    | 17  |
| Raxidi Saleh                        | o domínio do e-mail da conta de Raxidi é "@liberdadeeregra", de propriedade de Fabiano Dalloca. Tanto Fabiano quanto Roger realizaram desidentificações para o titular de dados identificado    | 16  |
| Leonardo Antonio Rezende Figueiredo | o domínio do e-mail da conta de Leonardo é "@liberdadeeregra", de propriedade de Fabiano Dalloca. Tanto Fabiano quanto Roger realizaram desidentificações para o titular de dados identificado  | 3   |
| Joel Rosa Pereira                   | o domínio do e-mail da conta de Joel Rosa é "@liberdadeeregra", de propriedade de Fabiano Dalloca. Tanto Fabiano quanto Roger realizaram desidentificações para o titular de dados identificado | 2   |
| Diogo da Silveira Caiaffo           | o domínio do e-mail da conta de Diogo é "@jusavanti", de propriedade de Fabiano Dalloca. Tanto Fabiano quanto Roger realizaram desidentificações para o titular de dados identificado           | 2   |



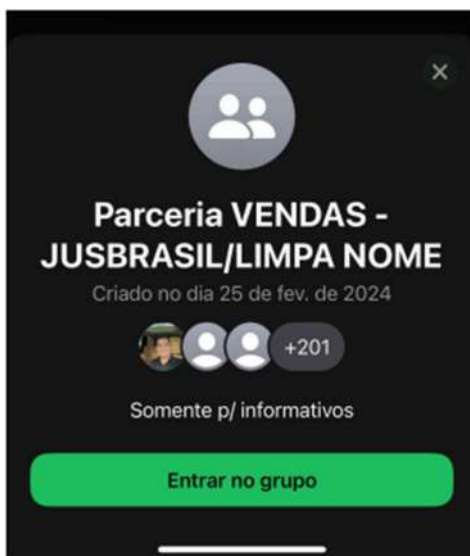
|                              |   |             |
|------------------------------|---|-------------|
| Cristiano Alves Paixão       | o domínio do e-mail da conta de Cristiano é "@supmail", de propriedade de Fabiano Dalloca. Tanto Fabiano quanto Roger realizaram desidentificações para o titular de dados identificado | 13          |
| Bruno de Souza Carvalho Neto | o domínio do e-mail da conta de Bruno é "@supmail", de propriedade de Fabiano Dalloca. Tanto Fabiano quanto Roger realizaram desidentificações para o titular de dados identificado     | 896         |
| <b>TOTAL:</b>                |   | <b>1362</b> |

|                                       |                            |
|---------------------------------------|----------------------------|
| Domínio <b>liberdadeeregra.com.br</b> |                            |
| TITULAR                               | FABIANO DALLOCA DE PAULA   |
| DOCUMENTO                             | 061.162.109-61             |
| PAÍS                                  | BR                         |
| CONTATO DO TITULAR                    | FADPA23                    |
| CONTATO TÉCNICO                       | FADPA23                    |
| SERVIDOR DNS                          | ns1.hadcloudservers.com.br |
| SERVIDOR DNS                          | ns2.hadcloudservers.com.br |
| SACI                                  | Sim                        |
| CRIADO                                | 03/02/2023 #25699560       |
| EXPIRAÇÃO                             | 03/02/2025                 |
| ALTERADO                              | 21/08/2023                 |
| STATUS                                | Publicado                  |

|                               |                            |
|-------------------------------|----------------------------|
| Domínio <b>supmail.com.br</b> |                            |
| TITULAR                       | FABIANO DALLOCA DE PAULA   |
| DOCUMENTO                     | 061.162.109-61             |
| PAÍS                          | BR                         |
| CONTATO DO TITULAR            | FADPA23                    |
| CONTATO TÉCNICO               | FADPA23                    |
| SERVIDOR DNS                  | ns1.hadcloudservers.com.br |
| SERVIDOR DNS                  | ns2.hadcloudservers.com.br |
| SACI                          | Sim                        |
| CRIADO                        | 19/03/2024 #27622849       |
| EXPIRAÇÃO                     | 19/03/2025                 |
| ALTERADO                      | 19/03/2024                 |
| STATUS                        | Publicado                  |

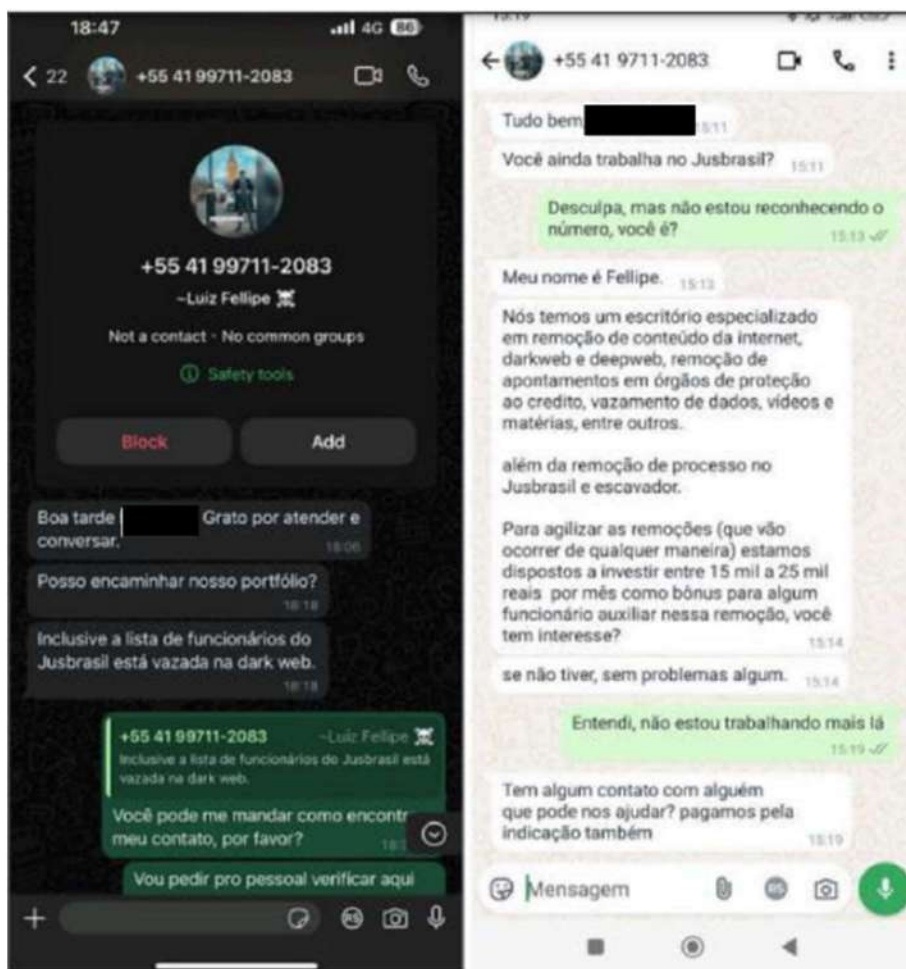
|                                 |                            |
|---------------------------------|----------------------------|
| Domínio <b>jusavante.com.br</b> |                            |
| TITULAR                         | FABIANO DALLOCA DE PAULA   |
| DOCUMENTO                       | 061.162.109-61             |
| PAÍS                            | BR                         |
| CONTATO DO TITULAR              | FADPA23                    |
| CONTATO TÉCNICO                 | FADPA23                    |
| SERVIDOR DNS                    | ns1.hadcloudservers.com.br |
| SERVIDOR DNS                    | ns2.hadcloudservers.com.br |
| SACI                            | Sim                        |
| CRIADO                          | 04/08/2023 #26578235       |
| EXPIRAÇÃO                       | 04/08/2025                 |
| ALTERADO                        | 05/08/2024                 |
| STATUS                          | Publicado                  |

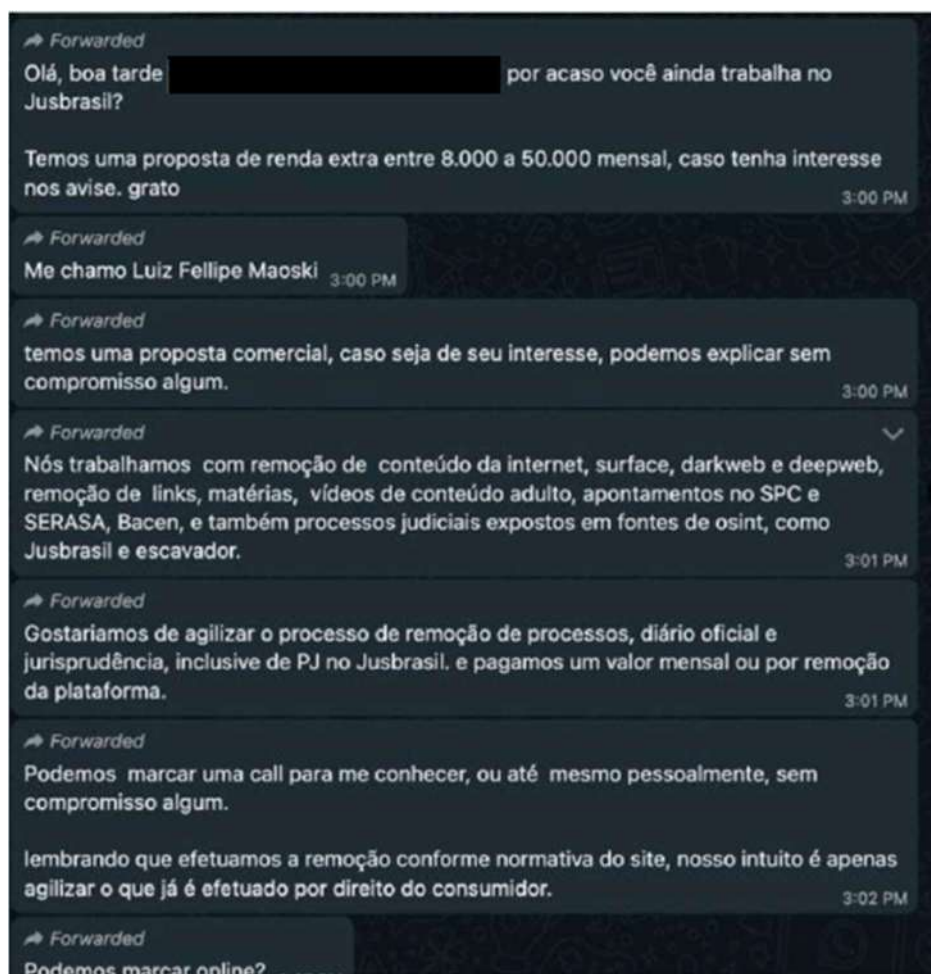
Não bastasse, seguindo-se a correlação entre os agentes mencionados na presente, Fabiano, além de possuir, no aplicativo *WhatsApp*, grupo de vendas através do qual anuncia a possibilidade de remover, mediante remuneração, dados pessoais no sítio eletrônico do Jusbrasil (Doc. 12), se diz parceiro comercial de Luiz Felliipe Maoski (Doc. 13):





Já Luiz Felipe Hau Maoski Chulka, por meio do número de telefone (41)99711-2083 e do e-mail [luizfeliipemaoski@gmail.com](mailto:luizfeliipemaoski@gmail.com), tem abordado colaboradores da empresa para informar que é o proprietário de um escritório especializado em remoção de conteúdo da internet e oferecer, aos referidos funcionários do Jusbrasil, o pagamento de “renda extra”, em troca da realização de remoções/desidentificações indevidas de conteúdos disponibilizados na plataforma do Jusbrasil, fora do procedimento e das políticas em vigor na empresa Requerente (Doc. 14):

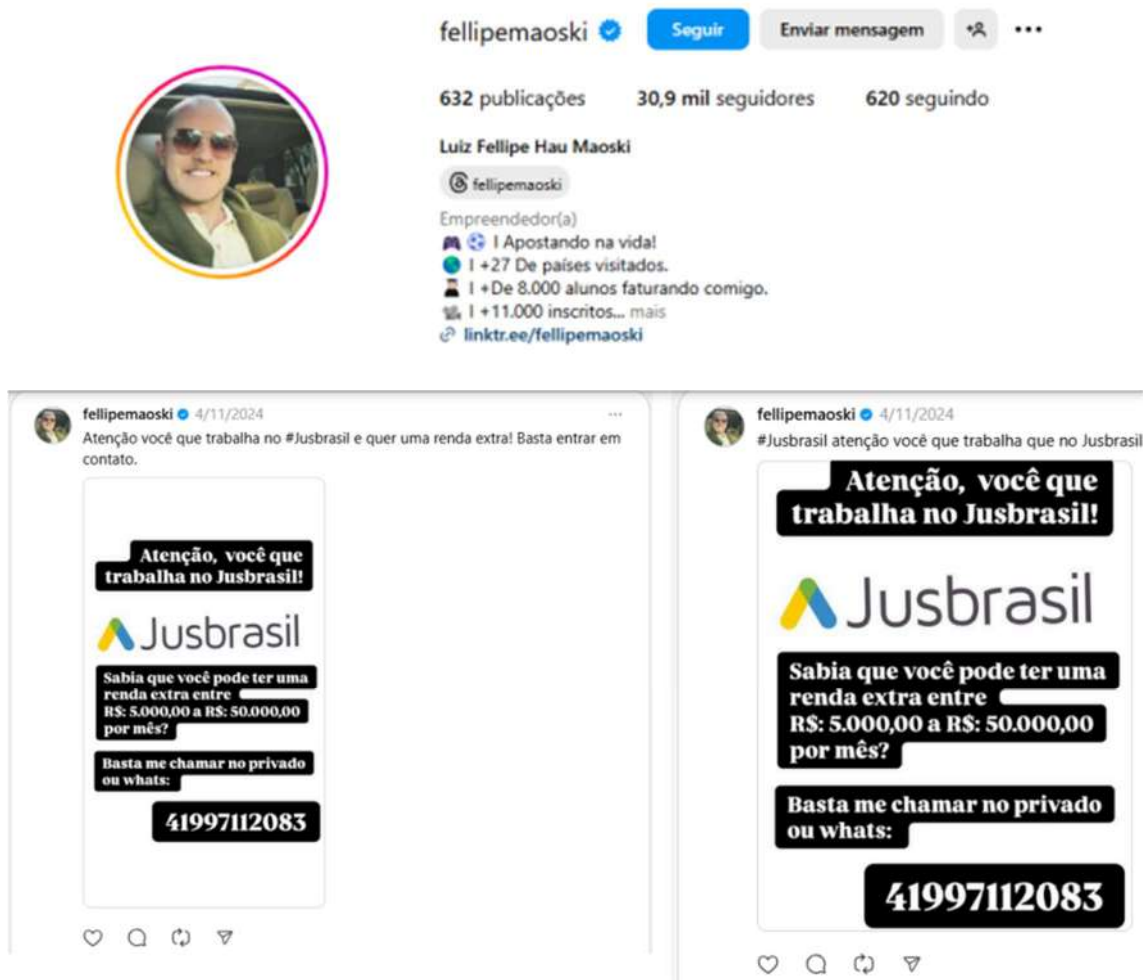




Luis Fellipe também propôs, abertamente, no perfil mantido por ele na rede social *Instagram*, o pagamento de valores expressivos para servidores do Jusbrasil que possuíssem interesse em “*ter uma renda*

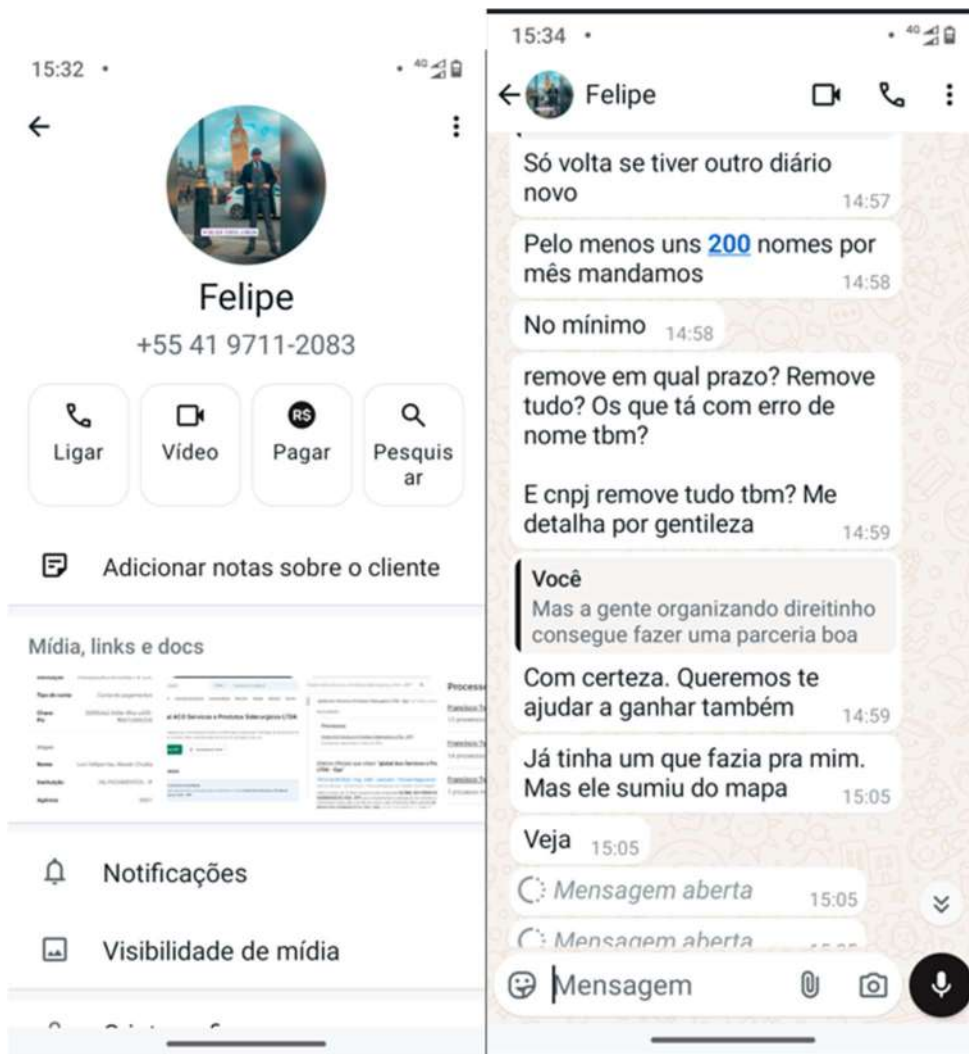


*extra*”, o que foi registrado, pela Requerente, via ata notarial (Doc. 15 – ata notarial):

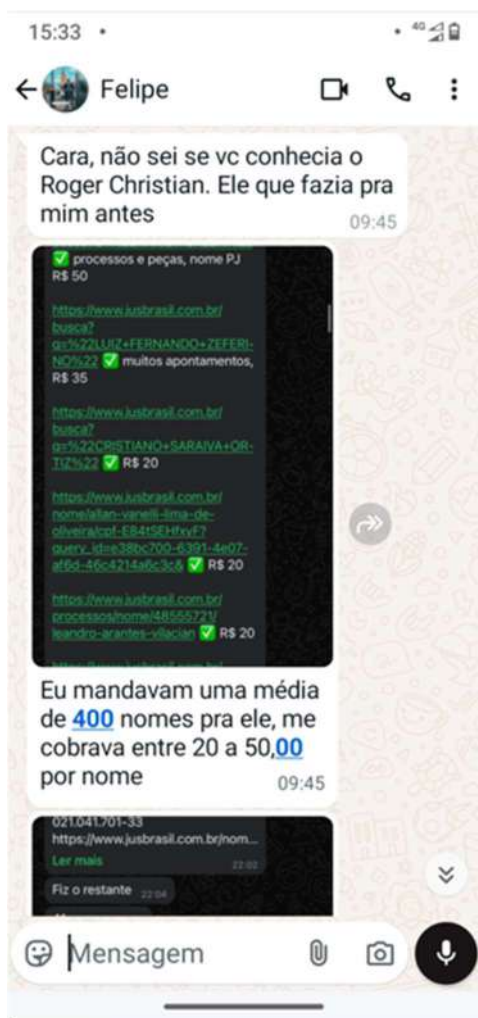


Importante consignar que a conexão entre Roger e Luis Fellipe Hau Maoski Chulka foi confirmada através de denúncia anônima recebida pela Requerente (Doc. 16).

Afinal, o documento em questão foi instruído com “prints” de conversas trocadas com Maoski, nas quais o último revela que, com o auxílio de Roger, removeu indevidamente, da plataforma do Jusbrasil, dados de milhares de processos judiciais (Doc. 17):







Não fosse isso suficiente, o time de *compliance* do Jusbrasil realizou, neste ano de 2025, contato com **Luiz Felipe Hau Maoski Chulka** – através do número de celular por ele utilizado: (41)99711-2083 –, ocasião na qual fingiram ser funcionário da empresa, interessado na obtenção de vantagem por meio da remoção de conteúdos da plataforma da empresa.

Durante a conversa, foi possível constatar que **Maoski**:

- i) atua com a remoção de apontamentos em plataformas de crédito e jurídicas;

ii) atuou, em conluio, com, pelo menos, três colaboradores da empresa, sendo certo que um deles já foi demitido, ou seja, o Sr. **Roger**;

iii) não possui, atualmente, um contato ativo no **Jusbrasil** para remoção de apontamentos;

iv) efetua pagamento de um valor fixo por remoção efetuada no sistema da empresa;

v) utiliza uma aplicação desenvolvida por ele para remoção de determinadas informações;

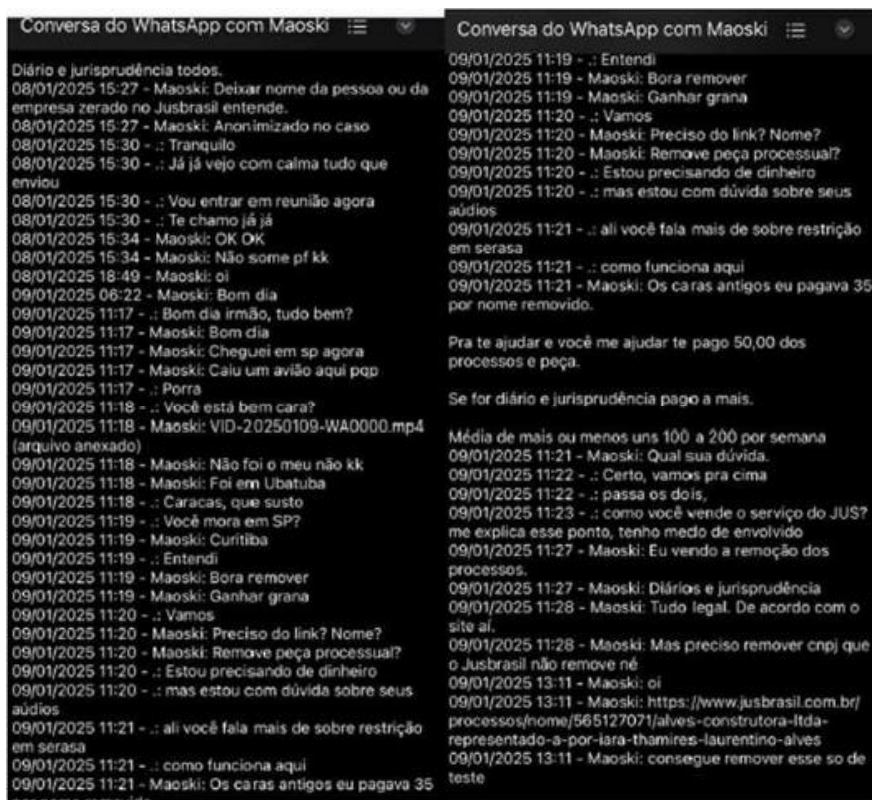
vi) está buscando indicação de outros colaboradores do Jusbrasil para a remoção de dados; e

vii) possui ciência de que as remoções de CNPJ são absolutamente indevidas, uma vez que menciona saber que o **Jusbrasil** não as realiza por conta própria.

Vejamos, abaixo, os prints da conversa mencionada, a partir da qual foi elaborada a Ata Notarial anexa (**Doc. 18**):

|   |  |
|---|--|
| <p>Conversa do WhatsApp com Maoski</p> <p>08/01/2025 14:30 - As mensagens e as ligações são protegidas com a criptografia de ponta a ponta e ficam somente entre você e os participantes desta conversa. Nem mesmo o WhatsApp pode ler ou ouvi-las. Toque para saber mais.</p> <p>08/01/2025 14:32 - :. Opa, boa tarde</p> <p>Tudo bem?</p> <p>08/01/2025 14:32 - Maoski: Opa tudo bem boa tarde</p> <p>08/01/2025 14:33 - :. Rodrigo do Jusbrasil</p> <p>08/01/2025 14:33 - :. Passaram seu contato</p> <p>08/01/2025 14:33 - Maoski: Ah show. Top</p> <p>08/01/2025 14:33 - Maoski: Preciso de remoção. O que pode fazer?</p> <p>08/01/2025 14:33 - :. Certo</p> <p>08/01/2025 14:33 - :. Como você trabalha?</p> <p>08/01/2025 14:34 - Maoski: Preciso de:</p> <p>Remoção de empresas (processos)</p> <p>Remoção de peça processual (Pessoa física e jurídica)</p> <p>Remoção de todos diário e jurisprudência</p> <p>08/01/2025 14:34 - Maoski: Pago valor fixo por remoção.</p> <p>Vou te mandar meu portfólio, caso precise de algum serviço</p> <p>Retiro dívidas do Serasa e spc, bacen etc</p> <p>08/01/2025 14:34 - Maoski: IMG-20250108-WA0000.jpg (arquivo anexado)</p> <p>08/01/2025 14:34 - Maoski: IMG-20250108-WA0001.jpg (arquivo anexado)</p> <p>08/01/2025 14:34 - Maoski: IMG-20250108-WA0002.jpg (arquivo anexado)</p> <p>08/01/2025 14:34 - Maoski: Consegue remover processos de empresa?</p> <p>08/01/2025 14:35 - Maoski: null</p> <p>08/01/2025 14:35 - Maoski: null</p> <p>08/01/2025 14:35 - Maoski: Eu removo o via software que</p>   | <p>Conversa do WhatsApp com Maoski</p> <p>08/01/2025 14:35 - Maoski: null</p> <p>08/01/2025 14:35 - Maoski: null</p> <p>08/01/2025 14:35 - Maoski: Eu removo o via software que eu criei hoje</p> <p>08/01/2025 14:35 - Maoski: null</p> <p>08/01/2025 14:41 - :. Interessante</p> <p>08/01/2025 14:42 - :. Gostei de mais</p> <p>08/01/2025 14:43 - :. Eu consigo remover tudo</p> <p>08/01/2025 14:43 - :. Mas tem que ter cautela</p> <p>08/01/2025 14:43 - :. Serviço de fora sabe como é</p> <p>08/01/2025 14:47 - Maoski: Sim. Sim.</p> <p>08/01/2025 14:47 - Maoski: Qual prazo pra remover?</p> <p>08/01/2025 14:48 - Maoski: Te pago comissão se indicar pessoas para limpar nome tbm. Funciona 100% legal.</p> <p>08/01/2025 14:48 - Maoski: Consegue remover diário e jurisprudência tudo de uma vez só? Processos tm?</p> <p>08/01/2025 14:51 - :. Depende cara, corrido aqui</p> <p>Mas dou meu jeito para entregar em 1,2 dias</p> <p>08/01/2025 14:51 - :. Top demais</p> <p>08/01/2025 14:52 - :. Em falar nisso, quantas pessoas estão trabalhando contigo aqui dentro? Para eu não dar cabeçada a toa</p> <p>08/01/2025 14:56 - Maoski: Cara tinha 3, mas sumiram.</p> <p>08/01/2025 14:56 - Maoski: Ai to sem.</p> <p>08/01/2025 14:56 - Maoski: Da pra ganhar mais de mil reais por cada pessoa que vc indicar pra limpar o nome</p> <p>08/01/2025 14:56 - Maoski: E é 100% legal. Vou mandar áudio explicando. E uns modelos de antes e depois. Caso queira, claro</p> <p>08/01/2025 14:57 - Maoski: Precisa do que? Nome? Link?</p> <p>08/01/2025 14:57 - Maoski: O mais importante é saber se remove empresa! Pj</p> <p>08/01/2025 15:00 - :. Entendi cara, foda esses caras que somem</p> <p>Se quiser chamo eles aqui, quem são?</p> <p>08/01/2025 15:01 - :. Estou precisando</p> <p>08/01/2025 15:02 - :. Manda os áudios, preciso entender a maneira como trabalha para eu te ajudar e não prejudicar meu trabalho também</p> <p>08/01/2025 15:02 - :. Sim</p> |
| <p>Conversa do WhatsApp com Maoski</p> <p>08/01/2025 15:02 - :. Manda os áudios, preciso entender a maneira como trabalha para eu te ajudar e não prejudicar meu trabalho também</p> <p>08/01/2025 15:02 - :. Sim</p> <p>08/01/2025 15:02 - :. Manda tudo</p> <p>08/01/2025 15:24 - Maoski: PTT-20250108-WA0010.opus (arquivo anexado)</p> <p>08/01/2025 15:24 - Maoski: PTT-20250108-WA0005.opus (arquivo anexado)</p> <p>08/01/2025 15:24 - Maoski: &lt;Mídia oculta&gt;</p> <p>08/01/2025 15:24 - Maoski: VID-20250108-WA0009.mp4 (arquivo anexado)</p> <p>08/01/2025 15:24 - Maoski: Esse é do limpa nome. Vou te mandar exemplos de antes e depois.</p> <p>08/01/2025 15:25 - Maoski: seu cpf esta 100% limpo, veja a consulta atualizada</p> <p>08/01/2025 15:25 - Maoski: e como estava antes</p> <p>08/01/2025 15:25 - Maoski: Cliente de hoje</p> <p>08/01/2025 15:25 - Maoski: 45.353.5320001-40,.pdf (arquivo anexado)</p> <p>45.353.5320001-40,.pdf</p> <p>08/01/2025 15:25 - Maoski: 45.353.532_0001-40.pdf (arquivo anexado)</p> <p>45.353.532_0001-40.pdf</p> <p>08/01/2025 15:25 - Maoski: 02485183000108.pdf (arquivo anexado)</p> <p>02485183000108.pdf</p> <p>08/01/2025 15:25 - Maoski: 02485183000108-1.pdf (arquivo anexado)</p> <p>02485183000108.pdf</p> <p>08/01/2025 15:25 - Maoski: 081.222.249-03.pdf (arquivo anexado)</p> <p>081.222.249-03.pdf</p> <p>08/01/2025 15:25 - Maoski: 081.222.249-03-1.pdf (arquivo anexado)</p> <p>081.222.249-03.pdf</p> <p>08/01/2025 15:25 - Maoski: 005.852.769-94.pdf (arquivo anexado)</p> <p>005.852.769-94.pdf</p> <p>08/01/2025 15:25 - Maoski: 00585276994.pdf (arquivo anexado)</p> | <p>Conversa do WhatsApp com Maoski</p> <p>08/01/2025 15:25 - Maoski: IMG-20250108-WA0008.jpg (arquivo anexado)</p> <p>08/01/2025 15:26 - Maoski: Cara prefiro preservar eles, um eu sei que nao trabalha mais ai</p> <p>Por mês pagava média de 30 mil pra ele</p> <p>08/01/2025 15:26 - Maoski: Do Jusbrasil preciso remover</p> <p>Peça processual.</p> <p>Processos cnpj</p> <p>Processos Pessoa física se for muitos</p> <p>Diário e jurisprudência todos.</p> <p>08/01/2025 15:27 - Maoski: Deixar nome da pessoa ou da empresa zerado no Jusbrasil entende.</p> <p>08/01/2025 15:27 - Maoski: Anonimizado no caso</p> <p>08/01/2025 15:30 - :. Tranquilo</p> <p>08/01/2025 15:30 - :. Já já vejo com calma tudo que enviou</p> <p>08/01/2025 15:30 - :. Vou entrar em reunião agora</p> <p>08/01/2025 15:30 - :. Te chamo já já</p> <p>08/01/2025 15:34 - Maoski: OK OK</p> <p>08/01/2025 15:34 - Maoski: Não some pf kk</p> <p>08/01/2025 18:49 - Maoski: oi</p> <p>09/01/2025 06:22 - Maoski: Bom dia</p> <p>09/01/2025 11:17 - :. Bom dia irmão, tudo bem?</p> <p>09/01/2025 11:17 - Maoski: Bom dia</p> <p>09/01/2025 11:17 - Maoski: Cheguei em sp agora</p> <p>09/01/2025 11:17 - Maoski: Caiu um avião aqui pqp</p> <p>09/01/2025 11:17 - :. Porra</p> <p>09/01/2025 11:18 - :. Você está bem cara?</p> <p>09/01/2025 11:18 - Maoski: VID-20250109-WA0000.mp4 (arquivo anexado)</p> <p>09/01/2025 11:18 - Maoski: Não foi o meu não kk</p> <p>09/01/2025 11:18 - Maoski: Foi em Ubatuba</p> <p>09/01/2025 11:18 - :. Caracas, que susto</p> <p>09/01/2025 11:19 - :. Você mora em SP?</p> <p>09/01/2025 11:19 - Maoski: Curitiba</p>  |





Além disso, vale ressaltar que o **Jusbrasil** identificou, também, uma empresa vinculada ao **Requerido**, qual seja, a LFH Maoski Chulka Consultoria Empresarial, cujo CNPJ (49.721.940/0001-69) é utilizado na divulgação de uma segunda pessoa jurídica – Protectcred – via *WhatsApp* e *Instagram*.

**Não restam dúvidas, como se vê, de que Roger, Luiz Felipe Hau Maoski Chulka e Fabiano Dalloca, atuando em conjunto, criaram em engenhoso esquema para, através da remoção indevida de conteúdos da plataforma do Jusbrasil, obter vantagens ilícitas.**

E, para tanto, se valeram de dois *modus operandi*:

i) remoções de conteúdo sem lastro realizadas por **Roger** (casos em que não existem solicitações formais no sistema acerca da desidentificação), a pedido de seus comparsas; e

ii) remoções atreladas a solicitações realizadas, por Maoski (que utilizava o IP 191.177.193.237 de Curitiba-Paraná, por exemplo) e Fabiano Dalloca, em nome de terceiros, com a finalidade de ludibriar a empresa, encenando a “licitude” das solicitações para parte das exclusões indevidas de informações feitas por Roger.

E tais condutas, consoante se verá nos tópicos a seguir, se amoldam, ao menos em tese, aos delitos previstos nos artigos 155, §4º-B, 288 e 305, todos do Código Penal.

### **3 – DA ATRIBUIÇÃO DESTA 1. DISTRITO POLICIAL PARA INVESTIGAÇÃO DOS FATOS ORA NARRADOS**

De acordo com a regra contida no artigo 70 do Código de Processo Penal, a competência será “*determinada pelo lugar em que se consumar a infração*”.

Ademais, quando houver a prática de dois ou mais crimes diferentes, “*prepondera a do lugar da infração, à qual foi cominada a pena mais grave*”<sup>1</sup>, no caso concreto, o furto mediante fraude por meio eletrônico, previsto no artigo 155, §4º-B, do Código Penal.

O Colendo **Superior Tribunal de Justiça** “*pacificou o entendimento de que a consumação*” do aludido delito “**se dá onde ocorreu o efetivo**

---

<sup>1</sup> Art. 78. Na determinação da competência por conexão ou continência, serão observadas as seguintes regras:

II - no concurso de jurisdições da mesma categoria:

a) preponderará a do lugar da infração, à qual for cominada a pena mais grave.

prejuízo à vítima, que ocorre no local onde a vítima possui conta bancária e o dinheiro sai da sua esfera de disponibilidade” (STJ, 3ª Seção, Conflito de Competência nº 183.754, Rel. Min. Laurita Vaz, j. em 14.12.2022).

E, levando em consideração que a base de dados da empresa – objeto efetivamente subtraído pelos Requeridos – está localizada em sua filial em São Paulo, mais precisamente na Rua Henrique Schaumann, nº 270, Jardim Paulista, São Paulo/SP, CEP: 05413-010, não restam dúvidas da atribuição desta r. Repartição para investigação dos fatos.

#### 4 – DO DIREITO

##### 4.1 – Da prática, em tese, do crime previsto no artigo 155, §4º-B, do Código Penal

As condutas praticadas pelos **Requeridos** se enquadram, perfeitamente, ao delito de furto eletrônico, previsto no artigo 155, §4º-B, do Código Penal<sup>2</sup>.

Sobre o tema, vejamos os ensinamentos do i. jurista

**Miguel Reale:**

*“Assim, a reprimenda será de reclusão de quatro a oito anos e multa se o furto mediante fraude, caracterizado fundamentalmente pela subtração da coisa alheia móvel com desvio de atenção da vítima, é cometido pelo uso de dispositivo eletrônico ou informático. Não é preciso que o equipamento esteja conectado à rede de computadores, tampouco que o agente viole*

<sup>2</sup> Art. 155 - Subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel:

Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa.

§ 4º-B. A pena é de reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa, se o furto mediante fraude é cometido por meio de dispositivo eletrônico ou informático, conectado ou não à rede de computadores, com ou sem a violação de mecanismo de segurança ou a utilização de programa malicioso, ou por qualquer outro meio fraudulento análogo.

*mecanismo de segurança ou utilize programa malicioso. Basta que a conduta seja praticada por meio de dispositivo eletrônico ou informático e de maneira fraudulenta”<sup>3</sup>.*

No mesmo sentido, é a lição do Desembargador **Guilherme de Souza Nucci**:

*“Qualificadora de fraude mediante uso de dispositivo eletrônico ou informático: insere-se a sexta qualificadora neste tipo penal com a mesma faixa de cominação de penas do furto de substância explosiva ou empregando explosivos para a subtração de qualquer coisa, a partir da edição da Lei 14.155/2021. **Nesta figura, pune-se mais severamente quem se vale de fraude (engodo, cilada, ardil) para ludibriar a vítima e conseguir a coisa almejada, pelo uso de dispositivo eletrônico ou informático (todo aparelho apto a concentrar informação por meio de computador ou qualquer equipamento similar). Considera-se como dispositivo informático o computador de mesa (desktop), o computador portátil (notebook), tablet e o smartphone (celulares avançados) e inúmeros outros que são criados todos os dias, habilitados a se conectar à internet e a redes de comunicação móvel (3G, 4G e, agora, 5G), além de todo o mais a ser inventado e implementado**”<sup>4</sup>.*

Trazendo os entendimentos acima colacionados ao presente caso, é nítido que as condutas praticadas por meio do segundo *modus operandi* utilizado pelos **Requeridos** caracterizarem o delito em comento.

Afinal, **Luis Fellipe Hau Maoski Chulka e Fabiano Dalloca** passaram a enviar uma série de solicitações – fraudulentas – de remoção de conteúdo ao **Jusbrasil**, a fim de criar lastro para as exclusões de dados que o ex-colaborador **Roger** realizou para a obtenção de vantagem ilícita.

<sup>3</sup> JÚNIOR, Miguel R. Código Penal Comentado - 2ª Edição 2023. 2. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2023. E-book. p.547. ISBN 9786555599510. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555599510/>. Acesso em: 13 dez. 2024.

<sup>4</sup> NUCCI, Guilherme de S. Código Penal Comentado - 24ª Edição 2024. 24. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024. E-book. p.819. ISBN 9788530994310. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530994310/>. Acesso em: 15 jan. 2025.



Com isso, a atenção dos representantes do Jusbrasil foi desviada a ponto de não terem constatado, de plano, que Roger realizou uma série de comandos indevidos, os quais eram relacionados à tickets falsos, dado que não foram os titulares dos dados que solicitaram a realização de tais remoções, mas sim os comparsas do ex-colaborador.

Ou seja, devido ao estratagema escolhido pelos investigados, a empresa demorou mais tempo do que, em outras condições, seria necessário, para identificar a fraude perpetrada, na medida em que apenas uma parcela, das mais de 10.000 remoções realizadas por **Roger**, guardava relação com solicitações formais.

E, consoante já demonstrado acima, os aludidos pedidos eram realizados pelos próprios comparsas, que se passavam por terceiros com a finalidade de justificar as indevidas desidentificações efetuadas por **Roger**.

Por conseguinte, é possível afirmar que Roger subtraiu dados e informações, da plataforma do Jusbrasil, a fim de obter vantagem indevida consistente nos pagamentos realizados por Luiz Felliipe Maoski e Fabiano Dalloca, os quais criaram empresa de remoção de conteúdo do sítio eletrônico da Requerente.

Assim, não restam dúvidas acerca da subsunção das condutas praticadas pelos investigados ao tipo penal em comento.

Não por acaso, o Egrégio **Superior Tribunal de Justiça** reconheceu a legalidade da decisão que determinou, no âmbito de inquérito policial que apurava a conduta de subtrair dados da empresa, a quebra de sigilo telemático e de comunicações dos agentes envolvidos:

*“Segundo se extrai das cópias que instruem o presente, às fls. 18/20 e 21/23 estão acostadas decisões complementares que levaram à **determinação da quebra do sigilo das pessoas jurídica e físicas impetrantes às empresas 'Google' e 'Towin Segurança Digital Ltda.'**, no período compreendido entre 10/11/2019 e 31/03/2020, sendo que, no bojo de tais decisões, após o magistrado discorrer que **os impetrantes [M., P. e W.] foram empregados da empresa vítima, e que o último registrou em nome de Mateus o domínio de um site que lhe permitia compartilhar dados sigilosos da vítima para outros sites, evidenciando que o grupo, em tese, subtraiu dados sigilosos das empresas Fort Knox, para a empresa To Win, à qual Paulo Roberto também era ligado, indicando a prática de furto de dados mediante abuso de confiança, concorrência desleal, violação de segredo profissional e associação criminosa.***

(...)

*No mais, como se observa dos trechos do aresto atacado acima transcritos, a decisão judicial impugnada não foi redigida de maneira genérica, pois, conforme os parâmetros estabelecidos pela legislação de regência, **esclarece adequadamente a imprescindibilidade dos dados informáticos estáticos e do conteúdo dos e-mails para o prosseguimento das investigações**, bem como especifica período de tempo determinado (10/11/2019 e 31/03/2020) a que se refere tal medida, não se verificando qualquer vulneração a direito líquido e certo dos Agravantes.*

(...)

*Ante o exposto, NEGÓ PROVIMENTO ao agravo regimental” (STJ, Sexta Turma, AgRg no RMS nº 67.750/SP, Rel. Min. Laurita Vaz, j. em 15.2.2022, DJe em 25.2.2022).*

Outrossim, o Egrégio **Tribunal de Justiça de São Paulo** já decidiu pela condenação do réu, pela prática do crime de furto mediante fraude pela internet, uma vez que invadiu dispositivo informático para subtrair coisa alheia móvel, assim como ocorreu no caso concreto:

*“APELAÇÃO CRIMINAL (RECURSO DEFENSIVO) – ESTELIONATO – PRETENDIDA ABSOLVIÇÃO POR ATIPICIDADE DA CONDUTA – INOCORRÊNCIA – MEIO ELETRÔNICO QUE TRADUZ O MODUS OPERANDI DO CRIME*

E NÃO ANALOGIA "IN MALAN PARTEM" – DESCLASSIFICAÇÃO PARA INVASÃO DE DISPOSITIVO INFORMÁTICO ALHEIO – ART. 154-A DO CP – INCABÍVEL – **CONFIGURAÇÃO DO CRIME DE FURTO QUALIFICADO MEDIANTE FRAUDE** – RECAPITULAÇÃO JURÍDICA – EX OFFÍCIO – POSSIBILIDADE PELO TRIBUNAL AD QUEM – EMENDATIO LIBELLI QUE NÃO ALTERA OS FATOS NARRADOS NA EXORDIAL – INTELIGÊNCIA DOS ARTIGOS 383 E 617, DO CPP – SETENÇA REFORMADA – PRETENDIDA REDUÇÃO DA PENA-BASE – INCABÍVEL – CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAS VALORADAS DE FORMA IDÔNEA – PENA INICIAL MANTIDA – EX OFFÍCIO REDUÇÃO DA PENA INTERMEDIÁRIA EM PARTE ANTE A OBSERVÂNCIA DA PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE – RECURSO DESPROVIDO. 1 – Perfeitamente enquadrada na tipificação dos crimes contra o patrimônio, a hipótese em que o agente pratique a conduta mediante a utilização de "meio eletrônico", expressão a qual, apesar de não estar contida no próprio tipo incriminador de delitos dessa natureza, não importa em analogia 'in malan partem' da norma, mas sim, verificação do 'modus operandi' que foi praticado a infração; 2 – Inaplicável ao caso o tipo previsto no art. 154-A do Código Penal, a título de 'novatio legis in melius', sobretudo porque o referido dispositivo de lei não trata do crime de furto, mas, tão somente, do crime consistente em invadir computador, mediante violação indevida de mecanismo de segurança, com o fim de instalar vulnerabilidades para obter vantagem ilícita. **3. Caso a invasão de dispositivo informático constitua meio de se obter subtração consumada de coisa alheia móvel, configura o crime chamado de previsto no art. 155, § 4º, II, do Código Penal, a prática de furto mediante fraude pela internet;** 3 – Por conseguinte, revela-se necessária a aplicação por este E. Tribunal do instituto da 'emendatio libelli' nos termos do artigo 383 do Código de Processo Penal, tendo em vista que o fato típico praticado pelos acusados e descrito na denúncia deve ser enquadrado em sua correta de definição jurídica. Nos termos do artigo 617 do Código de Processo Penal, o Tribunal não poderá agravar a pena, em sede de recurso interposto exclusivamente pelo réu. No entanto, não haverá óbice à aplicação do referido instituto caso a pena imposta ao apelante em Grau de recurso não supere o quantum estabelecido pelo Juízo de origem, ainda que os fatos se subsumam a um crime mais gravoso; 4 – O princípio Constitucional da motivação na individualização da pena, previsto nos artigos 5º, XLVI, e 93, IX, ambos da Constituição Federal, exige que cada uma das circunstâncias judiciais seja analisada à luz de elementos concretos, extraídos da prova dos autos, ainda não valorados e que não integrem o tipo penal, evitando-se assim a vedada duplicidade; 5 – A adoção de regime prisional mais brando que o semiaberto aos condenados com pena inferior a quatro anos, só é possível quando verifique-se na hipótese que nenhuma circunstância judicial foi considerada desfavorável ao réu, ainda que ele ostente a reincidência; 6 – Recurso a que, com o parecer, nego provimento, e, ex

*offício, aplico a ‘emendatio libelli’ desclassificando a conduta do réu para a de furto qualificado mediante fraude, previsto no art. 155, § 4º, II, do Código Penal e, reduzo a pena intermediária em atenção aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade” (TJMS, 2ª Câmara Criminal, Apelação Criminal nº 0055825-33.2011.8.12.0001, Rel. Des. José Ale Ahmad Netto, j. em 02.07.2018, DJe em 03.07.2018).*

#### **4.2 – Da prática, em tese, do delito previsto no artigo 305 do Código Penal**

O artigo 305 do Código Penal tipifica a conduta de *“destruir, suprimir ou ocultar, em benefício próprio ou de outrem, ou em prejuízo alheio, documento público ou particular verdadeiro, de que não podia dispor”*.

Dessa forma, é nítido que as condutas praticadas pelos **Requeridos** também se enquadram, perfeitamente, no aludido tipo penal.

Afinal, no primeiro *modus operandi* utilizado, o ex-colaborador **Roger**, a pedido de **Luis Fellipe Maoski** e **Fabiano Dalloca** e em troca do recebimento de vantagem financeira, realizou, ao menos, 1.300 (mil e trezentas) remoções/desidentificações indevidas na plataforma do **Jusbrasil**.

Pois bem. Conforme exposto no tópico introdutório, a desidentificação ou remoção consiste na **i)** substituição de termos aptos a identificar diretamente os indivíduos, como por exemplo o nome e o CPF, que poderão ser trocados por acrônimos e/ou por uma sequência de caracteres aleatórios; e/ou **ii)** remoção de páginas inteiras, contendo determinados dados.

Contudo, esse tipo de comando só pode ser realizado por colaborador da empresa e desde que presentes os requisitos abaixo:

- i)** apenas os titulares dos dados – e/ou terceiros

representantes e munidos da respectiva Procuração – poderão solicitar a remoção/desidentificação das informações;

ii) a solicitação deve estar acompanhada de documento com foto; e

iii) não são feitas desidentificações de pessoas jurídicas ou de advogados.

Outrossim, para que tal atendimento e, consequentemente, o procedimento de remoção/desidentificação de conteúdo esteja em consonância com as determinações e as políticas internas da empresa, seus funcionários devem seguir os seguintes procedimentos, durante o atendimento de solicitações dos titulares de dados:

i) verificar a existência de um ticket de atendimento do solicitante, aberto pelo sistema Zendesk após o titular dos dados entrar com a solicitação diretamente através do sítio eletrônico do **Requerente; e**

ii) realização de triagem consistente na análise dos documentos enviados pelo titular dos dados – ou por terceiros munidos de instrumento de mandato –, a fim de verificar se as informações ali contidas são condizentes com o conteúdo a ser removido, bem como para garantir que o solicitante é o titular dos dados ou possui poderes outorgados pelo último.

**Ocorre que, não obstante o cuidado empregado pelo Jusbrasil para manter a confiabilidade e integralidade das informações públicas integrantes de seu ativo digital e disponibilizadas em seu sítio**



eletrônico, Roger realizou uma série de remoções sem lastro, nas quais não é possível identificar a correlação entre a execução do comando de desidentificação com um ticket aberto no sistema Zendesk.

Ou seja, inexistiram, nesses casos, solicitações de usuários do Jusbrasil acerca daqueles procedimentos.

Em outras palavras: Roger – a pedido de Maoski e Dalloca – realizou milhares de remoções, de páginas inteiras e conteúdos disponíveis na plataforma da empresa, a fim de se beneficiar financeiramente.

Portanto, não restam dúvidas acerca da prática, no presente caso concreto, do delito em questão.

Vejamos, nesse sentido, os ensinamentos do i. Magistrado **Guilherme de Souza Nucci**:

*“149. Análise do núcleo do tipo: destruir (fazer desaparecer ou extinguir o documento por completo); suprimir (eliminar o documento como tal, ou seja, permanece o papel, mas desaparece o documento, como ocorre se for coberto de tinta); ocultar (esconder ou camuflar). O objeto das condutas é o documento público ou particular, do qual não tinha a disposição. O delito está indevidamente inserido no Capítulo III, referente à falsidade documental, pois não cuida disso. Suprimir um documento não significa fabricá-lo ou alterá-lo de qualquer modo”<sup>5</sup>.*

No mesmo sentido leciona o saudoso jurista **Fernando José da Costa Junior**:

*“Destruir, consoante a Exposição de Motivos do Código italiano vigente, ‘significa fazer com que não mais subsista o documento na sua materialidade, no todo*

<sup>5</sup> NUCCI, Guilherme de S. Código Penal Comentado - 24ª Edição 2024. 24. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024. E-book. p.1216. ISBN 9788530994310. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530994310/>. Acesso em: 09 dez. 2024.

*ou em parte juridicamente relevante'. **O documento é destruído quando anulado materialmente, em todo ou em parte, por dilaceração, combustão, ingestão etc.** Suprimir equivale a 'fazer desaparecer ou tornar ilegível o escrito, no todo ou em parte', podendo equivaler à supressão a mera recusa em restituir o documento. Suprimir é fazer desaparecer o documento, ainda que sem destruí-lo ou ocultá-lo. Ocultar quer dizer 'tirar o documento da disponibilidade da pessoa, de modo transitório ou permanente, no todo ou em parte juridicamente relevante, sem todavia suprimi-lo ou destruí-lo'. Ocultar é empregado no sentido de 'esconder o documento, retê-lo em lugar desconhecido do interessado'<sup>6</sup>.*

Cumprе consignar, ainda, que é evidente, no caso em questão, a presença da elementar do tipo dispõe sobre a necessidade de tratar-se de documento particular ou público do qual o envolvido "não poderia dispor

Afinal, é **indiferente, para a configuração do crime em questão, o fato de o agente ter se apoderado "do documento lícita ou ilicitamente, desde que dele não pudesse dispor arbitrariamente"**<sup>7</sup>.

E, no caso em comento, conforme exaustivamente exposto, **Roger** não tinha autorização da empresa para executar exclusões de conteúdo sem a observâncias das regras impostas pelo **Jusbrasil** e **amplamente divulgadas pela empresa em seus treinamentos e materiais internos, de notório conhecimento de todas os colaboradores de suporte.**

**Não por acaso, o Egrégio Tribunal Regional da 1ª Região, ao julgar caso análogo, no qual os colaboradores da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ECT destruíram, em prejuízo alheio, documentos particulares dos que estavam sob sua responsabilidade, manteve a condenação dos respectivos acusados:**

<sup>6</sup> COSTA, Fernando José da; JÚNIOR, Paulo José da C. Código penal comentado. 10. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2011. E-book. p.539. ISBN 9788502133914. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502133914/>. Acesso em: 09 dez. 2024.

<sup>7</sup> COSTA, Fernando José da; JÚNIOR, Paulo José da C. Código penal comentado. 10. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2011. E-book. p.539. ISBN 9788502133914. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502133914/>. Acesso em: 09 dez. 2024.



“PROCESSO PENAL. PENAL. CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO. **DESTRUIÇÃO DE CORRESPONDÊNCIA. CRIME DE SUPRESSÃO DE DOCUMENTOS. ART. 305 DO CÓDIGO PENAL.** MATERIALIDADE E AUTORIA DELITIVAS DEVIDAMENTE COMPROVADAS. APELAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDA.

1. *Apeleção criminal interposta pelo réu contra a sentença que o condenou à pena de 2 (dois) anos de reclusão e 86 (oitenta e seis) dias-multa, pela prática do crime do art. 305 do CP.*

2. **Segundo a denúncia, em outubro de 2011, o réu, em conjunto com dois corréus, empregados da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos-ECT, destruíram, em prejuízo alheio, documentos particulares dos quais não poderiam dispor. Durante as investigações preliminares, verificou-se que os denunciados destruíram correspondências destinadas a moradores de diversas quadras residenciais de Palmas/TO.**

3. **Afirma o MPF que os corréus Valério Monteiro Lopes Conceição e Celmo Tavares dos Santos foram contratados em caráter temporário pela ECT para entrega de correspondências acumuladas em virtude da greve dos empregados daquela empresa. No entanto, valendo-se da ausência de controle dos Correios quanto à entrega das correspondências não registradas, os denunciados destruíram as cartas que estavam sob sua responsabilidade.**

4. *A materialidade e a autoria ficaram devidamente comprovadas pelo laudo pericial n. 347/2011, pelo processo GEOPE/DR/TO - 010/2011, pelos depoimentos testemunhais, pelos autos de reconhecimento e pela informação n. 38/2012. A testemunha João Procópio Santos Neto reconheceu o réu Dilvo Fernando Martins Rabelo, como sendo o motorista do veículo Gol utilizado no dia dos fatos.*

5. *Registre-se também que embora o réu tenha negado a autoria do crime perante a autoridade policial, declarou que esteve no Parque Cesamar, no dia dos fatos, e adentrou a área interna, conduzindo o veículo Gol, mas apenas para fumar. Importante observar também que o réu negou conhecer os corréus, mas, nos autos, ficou comprovado que mantinha vínculo de amizade com Valério Monteiro pelas redes sociais.*

6. *Não há como prosperar o pedido de desclassificação para o tipo penal do art. 151, § 1º, inciso I, do Código Penal. Os fatos sob exame amoldam-se ao disposto*

no art. 305 do Código Penal. O núcleo do tipo do art. 151, § 1º, inciso I, do Código Penal, é o verbo *apossar*, que tem o sentido de domínio/posse/ter para si, ao contrário do que se verifica nos elementos de prova que informam, de forma clara, a "destruição" de documentos particulares, dos quais não podiam dispor, em benefício próprio ou de outrem, ou ainda em prejuízo alheio.

7. O objeto jurídico do art. 151 do Código Penal é a inviolabilidade da correspondência, ao passo que o objeto jurídico do art. 305 do Código Penal é a fé pública. Não há evidências nos autos de que os réus tinham por objetivo devassar as correspondências para conhecer o seu conteúdo, mas, sim, destruí-las para não realizar um trabalho para o qual o denunciado Valério Monteiro estava sendo remunerado pelos Correios.

(...)

13. *Apelação parcialmente provida, apenas para reduzir a pena de multa para 20 (vinte) dias-multa, mantidos os demais termos da sentença*” (TRF1, Quarta Turma, Apelação Criminal nº 0006287-92.2012.4.01.4300, Rel. Des. Fed. Néviton Guedes, j. em 17.06.2019, DJe em 10.07.2019).

**Idêntica é a posição do Egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo, que manteve a condenação do Acusado que ocultou documento particular que detinha em razão de sua função profissional:**

**“APELAÇÃO CRIME. CONDENAÇÃO PELO DELITO PREVISTO NO ART. 305 DO CÓDIGO PENAL. PLEITO DE ABSOLVIÇÃO. OCULTAÇÃO DE DOCUMENTO PARTICULAR QUE HAVIA SIDO SOLICITADO PELA AUTORIDADE POLICIAL. PRESENÇA DE DOLO ESPECÍFICO. DELITO CONFIGURADO. APARECIMENTO POSTERIOR DO DOCUMENTO TEMPOS DEPOIS QUE NÃO DESCARACTERIZA O TIPO PENAL. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.**

(...)

2º FATO: *Em data não precisada nos autos, mas após o mês de novembro de 2009, o denunciado FERNANDO AVELAR, consciente de sua conduta antijurídica, ocultou, em benefício próprio, o prontuário médico da paciente JESSICA PAOLA BUTKA, documento este do qual detinha a posse após o fechamento da*

clínica denominada Instituto Curitiba de Cirurgia, impedindo fosse ele juntado ao presente inquérito policial que investiga crime a ele imputado (mov. 3.1)” (TJPR, 2ª Câmara Criminal, Apelação Criminal nº 0007181-41.2013.8.16.0013, Rel. Des. Priscilla Placha Sá, j. em 04.03.2021, DJe em 08.03.2021).

“APELAÇÃO CRIMINAL – Supressão de documento particular – Preliminar de nulidade de revelia afastada – Mandado de busca e apreensão cumprido dentro dos parâmetros legais – Condenação alicerçada nas provas – Materialidade e autoria comprovadas – Conduta ilícita que efetivamente se subsume à hipótese prevista no art. 305 do Código Penal – Solução condenatória que se mostrava realmente necessária – Condenação e penas mantidas – PRELIMINARES REJEITADAS. RECURSO NÃO PROVIDO.

(...)

Consta da denúncia que, a partir do dia 18 de dezembro de 2017, na Rua Max Plank, altura do numeral 414, Artur Alvin, nesta Cidade e Comarca de São Paulo, o ora apelante Rodrigo Mota Marcondes, ocultou duas carteiras de trabalho e dois perfis profissiográfico previdenciário (todos originais), documentos públicos e particulares, de que não podia dispor, em prejuízo da vítima Everaldo Palharo” (TJSP, 9ª Câmara de Direito Criminal, Apelação Criminal nº 0001996-91.2018.8.26.0005, Rel. Des. Fátima Gomes, j. em 29.01.2021, DJe em 29.01.2021).

É importante ressaltar que, embora a plataforma do Jusbrasil não seja um documento particular físico, deve ser equiparada a tal, por se tratar de documento digital que reúne uma base de dados públicos relevantes, como processos judiciais.

Nesse sentido, para definir se determinado documento é (ou não) relevante para fins penais, não devem ser levadas em consideração suas características físicas, mas sim a potencialidade lesiva que o reveste, frente ao bem jurídico tutelado pela norma penal.

Ou seja, caso a supressão, exclusão ou alteração do documento seja capaz de atingir a fé pública – como no presente caso –, ainda que o documento seja digital, o delito previsto no artigo 305 do Código Penal restará configurado.

**Partindo desse pressuposto, o Egrégio Superior Tribunal de Justiça denegou a Ordem de Habeas Corpus impetrada em favor do Acusado que apresentou, à seguradora, digitalmente, documento forjado:**

**“O paciente apresentou uma Carteira Nacional de Habilitação – CNH com a data de validade adulterada para realizar contrato de seguro de automóvel com a Bradesco Auto Re e Companhia de Seguros. Todo o procedimento da contratação foi realizado através de sistema, via Corretora Bali, razão pela qual a seguradora não possui a documentação original referente ao contrato, (...).**

**A despeito disso, é possível verificar que o paciente efetivamente usou a sua carteira nacional de habilitação com data de validade adulterada para firmar contrato de seguro. A adulteração do documento apresentado, contudo, não foi constatada de maneira imediata, mas somente quando o paciente se envolveu em um acidente no veículo segurado, ocasião em que houve desconfiança, pela seguradora, acerca de sua autenticidade.**

(...)

Na hipótese dos autos, o recorrente, em tese, adulterou a data de validade de cópia de sua Carteira Nacional de Habilitação, e a utilizou para firmar contrato de seguro de automóvel, obtendo êxito em ludibriar a empresa seguradora, uma vez que a contratação foi realizada através de sistema eletrônico e a empresa não teve acesso aos documentos originais.

**Destarte, não há que se falar em ausência de potencialidade lesiva do documento para causar dano à fé pública, visto que a cópia, mesmo que não autenticada, mostrou-se apta ao objetivo de ludibriar a empresa seguradora, pois a suposta adulteração somente foi descoberta em momento posterior, após sindicância interna realizada pela seguradora, por ocasião do**

**sinistro do automóvel, não tendo sido percebida em análise inicial, o que demonstra a potencialidade lesiva do documento. Tais circunstâncias afastam a aplicação do entendimento de que o uso de cópia não autenticada de documento resulta na atipicidade da conduta.**

*Com isso, torna-se prematuro o trancamento da ação penal, considerando que somente após a correta instrução criminal, com a devida análise dos fatos e provas, será possível concluir pela ocorrência ou não do delito de falsidade ideológica.*

(...)

*Desta forma, não se vislumbra a existência de flagrante ilegalidade passível de ser sanada pela presente via” (STJ, 5ª Turma, RHC 98920/DF. Rel. Min. Felix Fischer, j. em 26.6.2018, DJe em 1.8.2018).*

Portanto, não restam dúvidas acerca da prática, em tese, do crime previsto no artigo 305 do Código Penal, pelos **Requeridos**.

#### **4.3 – Da prática, em tese, do crime de associação criminosa, previsto no artigo 288 do Código Penal**

Conforme exposto na narrativa dos fatos (tópico 2), há diversos elementos probatórios indicando que os **Requeridos** se associaram com a finalidade de excluir informações da plataforma do **Jusbrasil**, para obtenção de vantagem ilícita, seja na forma da prática reiterada de furtos mediante fraude, seja de destruição de documentos particulares, conforme acima descrito.

Afinal, o **Jusbrasil** constatou que todas as remoções indevidas realizadas por **Roger** (aquelas indicadas nos Docs. 07, 10 e 11 e evidenciadas no presente documento), estão relacionadas à indivíduos que possuem conta cadastrada a partir de e-mails cujo domínio é de propriedade de **Fabiano Dalloca**.



**Fabiano**, por sua vez, além de possuir grupo de vendas, no aplicativo *WhatsApp*, no qual anuncia a possibilidade de indivíduos lhe pagarem pela remoção de dados pessoais no sítio eletrônico do **Jusbrasil**, serviço oferecido gratuitamente pela empresa, se diz parceiro comercial de **Luiz Fellipe Hau Maoski Chulka** em temas de remoção de conteúdo.

Já **Luiz Fellipe Hau Maoski** enviou uma série de mensagens – através do número (41)99711-2083 e do e-mail [luizfellipemaoski@gmail.com](mailto:luizfellipemaoski@gmail.com) –, para colaboradores da **Requerente**, tentando aliciá-los para que realizem remoções/desidentificações de conteúdo indevidas e contrárias às políticas internas do **Jusbrasil**, – as quais o próprio aliciador sabe serem indevidas – e, em troca, oferece o pagamento de uma “renda extra” por remoção indevida, frise-se.

Além disso, **Luis Fellipe** também realiza postagens, através de perfis mantidos na rede social *Instagram*, em que propõe, abertamente, o pagamento de altos valores para servidores do **Jusbrasil** que tenham interesse em “ter uma renda extra”. Ou seja, tenta aliciar ativamente colaboradores do **Jusbrasil** por diversos meios.

A conexão entre **Roger** e **Luis Fellipe** foi, recentemente, confirmada através de denúncia anônima recebida pela **Requerente**, por meio da qual indivíduo desconhecido enviou “prints” de conversas trocadas com **Maoski**, nas quais o último revela que trabalhava em conjunto com o ex-colaborador, para realização de remoções indevidas na plataforma do **Jusbrasil**, principalmente de dados de pessoas jurídicas em processos judiciais, conforme bem se verifica pela leitura dos Docs. 16 e 17.

Não fosse isso suficiente, em contato realizado entre o time de *compliance* do **Jusbrasil** e **Luiz Felliipe Hau Maoski Chulka**, o último admitiu que:

i) atua com a remoção de apontamentos em plataformas de crédito e jurídicas;

ii) atuou, em conluio, com, pelo menos, três colaboradores da empresa, sendo certo que um deles já foi demitido, ou seja, o Sr. **Roger**;

iii) não possui, atualmente, um contato ativo no **Jusbrasil** para remoção de apontamentos;

iv) efetua pagamento de um valor fixo por remoção efetuada no sistema da empresa;

v) utiliza uma aplicação desenvolvida por ele para remoção de determinadas informações;

vi) está buscando indicação de outros colaboradores do Jusbrasil para a remoção de dados; e

vii) possui ciência de que as remoções de CNPJ são absolutamente indevidas, uma vez que menciona saber que o **Jusbrasil** não as realiza por conta própria.

Sendo assim, é nítido que as condutas praticadas também podem se subsumir ao delito previsto no artigo 288 do Código Penal<sup>8</sup>.

<sup>8</sup> “Art. 288. Associarem-se 3 (três) ou mais pessoas, para o fim específico de cometer crimes:

Essa, conforme demonstra a abalizada lição de **Cleber Masson**, é a posição da melhor doutrina:

***“o acordo ilícito entre três ou mais pessoas deve versar sobre uma duradoura, mas não necessariamente perpétua, atuação em comum, no sentido da realização de crimes indeterminados ou somente ajustados quanto à espécie, que pode ser de igual natureza ou homogênea (exemplo: furtos), ou ainda de natureza diversa ou heterogênea (exemplo: furtos, estelionatos e apropriações indébitas), mas nunca no tocante à quantidade”.***

Trazendo o entendimento acima colacionado ao caso concreto, não restam dúvidas acerca da configuração, ao menos em teoria, do delito em comento no presente caso.

**Afinal, os Requeridos, se uniram, por diversas vezes, para: i) furtar dados disponibilizados na plataforma, mediante o envio de mensagens falsas ao Jusbrasil, para que Roger realizasse remoções em desacordo com suas políticas; e ii) efetuar exclusões de dados diversos da plataforma do Jusbrasil na rede mundial de computadores, ambas condutas com o intuito de se beneficiar financeiramente.**

Ademais, atuam por meio dos *modus operandi* ora narrados desde o início de 2024, o que, consoante já decidido, em caso análogo, pelo Egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo, denota a presença das elementares **estabilidade e permanência**. Vejamos:

***“PENAL. APELAÇÃO. FURTO QUALIFICADO. ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA. CONDENAÇÃO. RECURSO DA***

Pena - reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos.

<sup>9</sup> Código Penal Comentado. 2ª edição. São Paulo: Método, 2014. Fl. 1777.

DEFESA. Pretendido, em preliminar, apelo em liberdade. No mérito, absolvição por insuficiência probatória.

1. Preliminar. A) Apelo em liberdade. Pedido prejudicado pela superação do momento, vindo o processo para voto e consequente julgamento. Fundamentação, de qualquer forma, legítima, quando da sentença condenatória. Artigo 387, § 1º, do CPP. Manutenção da cautelar. Artigo 617 do CPP.

2. A) Absolvição do crime de furto qualificado. Impossibilidade. Crimes de furto qualificado. Materialidade e autoria que restaram plenamente demonstradas pelas palavras da vítima e testemunhas. Perfeita caracterização pela prova produzida. Tese defensiva que não enseja a absolvição. B) Absolvição do delito de associação criminosa. Acusação cabalmente comprovada, sem dúvidas sobre materialidade e autoria. Perfeita caracterização pela prova produzida nos autos. Estabilidade exigida verificada no caso concreto. Evidência de furto qualificado e de associação para sua realização. Depoimentos dos agentes da lei, claros e precisos, justificando a condenação imposta, ora mantida. Negado provimento” (TJSP, 9ª Câmara de Direito Criminal, Apelação Criminal nº 0004068-61.2019.8.26.0637, Rel. Des. Alcides Malossi Junior, j. em 31.01.2023, DJe em 31.01.2023).

No mesmo sentido:

“PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. RECEPÇÃO QUALIFICADA. ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA. MATERIALIDADE E AUTORIA. COMPROVAÇÃO. CONDENAÇÃO MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

1. As atuações dos três denunciados estavam correlacionadas e dependentes, uma vez que forneciam entre si cheques de origem ilícita para comercialização com terceiros, beneficiando-se mutuamente do esquema criminoso. Caracterizada, portanto, a atuação dos réus com vontade de associação criminosa, estável e permanente, direcionada à prática de delitos, envolvendo cheques furtados, roubados ou falsificados. Ressalte-se que não é necessário para a caracterização do crime de associação criminosa que todos seus membros se conheçam entre si.

2. *Recurso conhecido e não provido*” (TJDFT, 1ª Turma Criminal, Apelação Criminal nº 0012592-41.2013.8.07.0005, Rel. Des. Carlos Pires Soares Neto, j. em 31.10.2019, DJe em 12.11.2019).

Clarividente, portanto, a configuração da prática do delito em comento, em razão das condutas praticadas pelos **Requeridos**.

## **5 – DA NECESSIDADE DE REPRESENTAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DE MEDIDA CAUTELAR DE BUSCA E APREENSÃO**

A medida cautelar de busca e apreensão está prevista no Código de Processo Penal, em capítulo próprio, inserido no título que trata sobre as provas. Assim, tal medida é prevista para assegurar a efetividade da obtenção de evidências da prática do delito, com vistas à garantia da instrução criminal.

Segundo os ensinamentos de **Rogério Lauria Tucci**, trata-se de “*meio de obtenção de prova, de natureza acautelatória e coercitiva, consubstanciado no apossamento de elementos instrutórios, quer relacionados com objetos, quer com as pessoas do culpado e da vítima, quer ainda com a prática criminosa que tenha deixado vestígios*”<sup>10</sup>.

Observa-se, pois, que a referida medida cautelar é pré-ordenada à produção da atividade instrutória do inquérito policial ou do processo penal condenatório e possui o objetivo de preservar as provas do crime.

A busca possui a função de obter a prova mediante a localização de pessoas ou coisas, enquanto a apreensão tem por finalidade garantir a prova ou restituição do patrimônio.

<sup>10</sup> Rogério Lauria Tucci, *Busca e Apreensão*, *Enciclopédia Saraiva de Direito*, São Paulo: Saraiva, 1978. P.287-295.



Assim sendo, é evidente a necessidade de realização da medida cautelar em comento, nos endereços residenciais dos **Requeridos**, mediante a apreensão de valores em espécie, produtos adquiridos com a prática delituosa em comento e instrumentos utilizados no estratagema, tais como os computadores e aparelhos celulares por meio dos quais acessaram o sítio eletrônico do **Jusbrasil**, enviaram mensagens para aliciar colaboradores da empresa e possuem grupos de *WhatsApp* por meio do qual vendem serviços escusos.

Ademais, os conteúdos dos itens a serem apreendidos poderão demonstrar a associação criminosa entre os **Requeridos**.

**Portanto, sobretudo em virtude do fato de que os Requeridos, se instados a fornecer os elementos substanciais para a devida apuração de autoria e materialidade dos delitos aqui tratados, poderão em observância ao princípio *nemo tenetur se detegere* (artigo 5º, LXIII, da Constituição Federal), deixar de fazê-lo, a busca e apreensão se mostra, indene de dúvidas, como opção necessária ao aprofundamento dos fatos trazidos ao conhecimento de Vossa Excelência.**

Aliás, o indeferimento da medida pode fazer com que a prova da materialidade dos crimes investigados se perca pelo desaparecimento de seus indícios.

Como é do conhecimento de Vossa Excelência, **“os direitos e garantias individuais e coletivos não podem ser utilizados como um verdadeiro escudo protetivo da prática de atividades ilícitas”** (Alexandre de Moraes. Direito constitucional. 19. ed., São Paulo: Atlas, 2016. p. 27), de modo que **“a intimidade e a privacidade das pessoas não constituem direitos absolutos, podendo sofrer restrições”** (STF, ARE nº 760372/DF, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, j. 06/09/2013).

Não por acaso, o Egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo já decidiu pela legalidade da medida de busca e apreensão cumprida em caso análogo, no qual o Acusado ocultou documentos particulares:

*“APELAÇÃO CRIMINAL – Supressão de documento particular – Preliminar de nulidade de revelia afastada – Mandado de busca e apreensão cumprido dentro dos parâmetros legais – Condenação alicerçada nas provas – Materialidade e autoria comprovadas – Conduta ilícita que efetivamente se subsume à hipótese prevista no art. 305 do Código Penal – Solução condenatória que se mostrava realmente necessária – Condenação e penas mantidas – PRELIMINARES REJEITADAS. RECURSO NÃO PROVIDO” (TJSP, 9ª Câmara de Direito Criminal, Apelação Criminal nº 0001996-91.2018.8.26.0005, Rel. Des. Fátima Gomes, j. em 29.01.2021, DJe em 29.01.2021).*

Sendo assim, é de rigor, no caso concreto, a formulação de representação pela realização de busca e apreensão nos endereços dos Requeridos.

## 6 – DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer-se, respeitosamente, com fulcro no artigo 5º, inciso II e §3º, do Código de Processo Penal, a instauração do competente Inquérito Policial para apuração das condutas narradas nesse arrazoado.

Ademais, o **Jusbrasil** pleiteia a realização das medidas abaixo, sem prejuízo de outras que Vossa Excelência porventura julgar cabíveis:

i) Representar, ao MM. Juízo Competente, pela realização de busca e apreensão nos endereços residenciais dos

**Requeridos**, em caráter liminar, a fim de obter mais provas que comprovem a prática dos crimes ora narrados;

ii) Representar, ao MM. Juízo, pela quebra de sigilo telemático dos **Requeridos**, a fim de que os policiais possam realizar análise dos dados de seus aparelhos celulares e obter a confirmação do seu conluio para prática dos crimes;

iii) Representar, ao MM. Juízo, pela quebra de sigilo bancário dos **Requeridos**, a fim de comprovar o envio de transferências bancárias entre eles; e

iv) Expedição de Mandados de Intimação aos **Requeridos**, para que apresentem suas versões dos fatos, e sejam indiciados pela Autoridade Policial, em razão das condutas praticadas.

Termos em que,  
Pede deferimento.

São Paulo, 17 de janeiro de 2025.

**GOSHME SOLUÇÕES PARA A INTERNET  
LTDA.**

**CNPJ nº 07.112.529/0001-46**



**DANIEL ALLAN BURG**

**OAB/SP Nº 289.165**



*Beatriz Callegari Romano*

**BEATRIZ CALLEGARI ROMANO**

**OAB/SP Nº 434.942**



---

**Solicita contato para agendamento de oitiva de representante (Jusbrasil) - IPE2033621/2025**

---

De Rafael Da Silva Luiz <rafael.luiz@policiacivil.sp.gov.br>

Data Seg, 03/02/2025 16:11

Para burgos@burgosadvogados.com.br <burgos@burgosadvogados.com.br>

Prezados(as),

Solicito contato para agendamento de oitiva de representante legal da empresa GOSHME SOLUÇÕES PARA A INTERNET LTDA (JUSBRASIL) nos autos do Inquérito Policial de número 203362/2025.

Atenciosamente,

Rafael da Silva Luiz

Escrivão de Polícia

11 97212-8464 (Whatsapp institucional)



Departamento Estadual de Investigações Criminais - DEIC  
DCCIBER - Divisão de Crimes Cibernéticos  
4ª DELEGACIA

RAFAEL DA SILVA LUIZ  
Escrivão de Polícia

R. Brigadeiro Tobias, 527 - 16º andar  
São Paulo - SP - CEP: 01032-001  
rafael.luiz@policiacivil.sp.gov.br  
11 2221-0346





SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA  
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO



fls. 52

Nº Inquérito: 2033621

Ano: 2025

Delegacia: DEIC-4ª DCCIBER-LAVAGEM

**PEDIDO DE PRAZO**

CONCLUSÃO – Nesta data, faço os presentes autos conclusos ao Dr.(a) Marcel O. Madruga De Souza, delegado(a) de polícia, do que, para constar, lavro o presente termo. Eu, \_\_\_\_\_, escrivão(ã) de polícia que o digitei e assino.

Senhor(a) escrivão(ã).

- Presente em cartório Luis Felipe Fiocati Melgarejo, reduza termo suas declarações.
- Expeça-se ordem de serviço, visando apuração das informações preliminares apresentadas pela empresa vítima.

Considerando que o prazo de permanência em cartório do presente encontra-se esgotado e, faltando diligências imprescindíveis ao deslinde das investigações, nos termos do art. 10º, § 3º, do CPP, encaminhem-se os autos ao fórum competente solicitando dilação do prazo.

S.PAULO, 11 de Março de 2025.

Marcel O. Madruga De Souza  
Delegado(a) de Polícia

DATA/CERTIDÃO – Certifico e dou fé que, em 11/03/2025, dei integral cumprimento ao despacho supra da Autoridade Policial, como adiante se vê, do que, para constar, lavro o presente termo. O referido é verdade e dou fé. Eu, \_\_\_\_\_, escrivão(ã) de polícia, que o digitei e assino.



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA  
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO



Nº Inquérito: 2033621

Ano: 2025

Delegacia: DEIC-4ª DCCIBER-LAVAGEM

## TERMO DE DECLARAÇÕES

Aos 11 dias do mês de Março de dois mil e vinte e cinco, nesta cidade de S.PAULO, Estado de São Paulo, na sede da(o) DEIC-4ª DCCIBER-LAVAGEM, onde presente se achava o(a) Exmo(a) Sr(a) Dr(a) Marcel O. Madruga De Souza, Delegado(a) de Polícia respectivo(a), comigo Escrivão(ã) de seu cargo ao final nomeado(a) e assinado(a), comparece **LUIS FELIPE FIOCATI MELGAREJO**, filho(a) de RENATA DELAMAIN FIOCATI e JOSE MARIA MELGAREJO TURON, com 36, estado civil Casado, de nacionalidade BRASILEIRA, natural de S.PAULO -SP, de profissão ADVOGADO(A), residente e domiciliada à residente a AVENIDA HENRIQUE SCHAUMANN, nº 270 - 15 ANDAR, no bairro PINHEIROS, na cidade S.PAULO - SP, CEP 05413010, com endereço comercial à . Sabendo ler e escrever, na presença da Dra. Beatriz Callegari Romano (OAB/SP 434.942 - Escritório BURG ADVOGADOS), declarou que: **Que neste ato comparece na condição de representante da empresa GOSHME SOLUÇÕES PARA INTERNET LTDA, de nome fantasia Jusbrasil**”), onde atua como Diretor Jurídico.

Que ratifica integralmente a petição que ensejou a instauração do presente inquérito policial, esclarecendo que a “Jusbrasil” é uma empresa de serviços na internet, que oferta principalmente acessos à informações processuais públicas, as quais incluem desde processos jurídicos sem sigilo decretado, de vários tribunais brasileiros, bem como a outras fontes abertas, tais como diários oficiais, publicações de órgãos executivos e doutrinas publicadas por juristas parceiros do Jusbrasil.

Que as pessoas que contratam os serviços da Jusbrasil, físicas ou jurídicas, o fazem através de cadastro do no site Jusbrasil, pagando por modalidade de assinatura mensal.

Que as informações armazenadas nos servidores das Jusbrasil conseguem ser obtidas em outras fontes, contudo o serviço prestado pela empresa onde atua o declarante realiza uma facilitação de acesso a tais informações, agilizando consultas com objetivos diversos, de acordo com cada clientes que o contrata o serviço.

Que no caso aqui noticiado, afirma que a empresa “Jusbrasil” tomou conhecimento através de análises de dados armazenados em seus servidores, utilizando ferramentas de tecnologia da informação próprias, que houve a remoção de conteúdos em grandes volumes, que foram identificados como tendo sido realizados por um colaborador específico, de nome Roger Christian Almeida Viana, detalhando o declarante que tal prática somente poderia ser realizada por colaborador que detinha senha com privilégios próprios e utilizando um comando interno que exige o conhecimento do código a ser implementado, e ainda uma determinação anterior proferida pelo setor de compliance da empresa.

Que, diante de tal fato, passaram a analisar detalhadamente tais remoções, sendo que consistiram em mais de dez mil remoções, das quais cerca de mil e trezentas daquelas apuradas demonstravam que não foram realizadas cumprindo as normas internas estabelecidas para tanto e de total conhecimento por parte do colabora Roger Cristian.

Que Roger Cristian solicitou usufruir férias regulares em meados de agosto de 2024, as quais foram autorizadas, sendo que houve acessos com as credenciais de Cristian, mesmo em gozo de suas férias, o que não seria autorizado pela empresa, fato que causou mais estranhamento e que motivou o bloqueio da senha de Cristian, que posteriormente tentou ainda acessar os sistemas da empresa, sem sucesso.

Que, quando do retorno de suas férias, Roger Cristian foi convocado para prestar esclarecimentos ao jurídico da empresa e disse estar surpreso com as informações a respeito das remoções de dados por ele praticadas, contudo não informou sobre qualquer possível invasão de suas credenciais, demonstrando não estar dando muita importância às denúncias que estava tomando conhecimento.

Que Roger então foi demitido, porém sem justa causa, sendo bloqueado totalmente seus acessos



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA  
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO



fls. 54

Nº Inquérito: 2033621

Ano: 2025

Delegacia: DEIC-4ª DCCIBER-LAVAGEM

## TERMO DE DECLARAÇÕES

aos sistemas da empresa.

Detalha que paralelamente ao levantamento que culminou na descoberta de tais informações, havia uma investigação para apurar anúncios realizados por terceiros ofertando remoção de dados da base da Jusbrasil.

Que, confrontando as remoções feitas por Roger Cristian com solicitações de remoções feitas por cadastros cujos domínios de e-mail apontavam para empresas que prometiam remoção de conteúdos do Jusbrasil, verificou-se que várias destas remoções feitas por Roger apontavam que o cadastro do usuário que solicitou tinha o domínio de e-mail daqueles sites que prometiam tal serviços escuso, dentre os quais “@liberdadeeregra”, “@jusavanti”, “@supmail”.

Que isto então indicou uma possível ligação entre Roger Cristian e o detentor de tais domínios de e-mail, a saber, o senhor Fabiano Dalloca.

Que ao consultar o site e redes sociais das empresas de Fabiano Dalloca, conseguiram identificar um parceiro anunciado por Fabiano, de nome Luis Fellipe Hau Maoski Chulka.

Que os direcionamentos dos anúncios divulgados por Dalloca direcionavam para uma conta do Whatsapp, identificada como sendo administrada por Luis Fellipe Maoski, o qual já tinha sido identificado como pessoa que divulgava esse serviço de remoção de dados da base do Jusbrasil.

Acrescenta ainda que, após a demissão de Roger Cristian, diversos funcionários do Jusbrasil passaram a ser aliciados por Luis Fellipe Maoski para prestarem serviços de remoção de dados, oferecendo a eles vultuosas quantias, de trinta a cinquenta mil reais por mês, sendo que em algumas destas conversas, Luis Fellipe disse que tinha uma pessoa que estava prestando a ele tal serviço escuso, posteriormente indicando que tal indivíduo seria Roger Cristian.

Afirma que após a demissão de Roger receberam um e-mail anônimo, que indicava que Roger Cristian de fato prestava serviços escusos para Luis Fellipe Maoski, sendo enviados “prints” de conversas mantidas no Whatsapp, aparentemente entre Maoski e uma terceira pessoa, em que se dizia que Cristian estava prestando serviços escusos e que Luis Fellipe procurava pessoas para aliciar a fim de prestarem tal serviço por conta da demissão de Roger.

Que tal tentativa de aliciamento ainda persiste, pois Luis Fellipe continua procurando funcionários da Jusbrasil e ofertando as promessas escusas aqui citadas.

Que tais práticas escusas geraram prejuízos operacionais à Jusbrasil, que decorreram em cancelamentos de mensalidades, danos à reputação da empresa e ainda o trabalho de ter que recuperar as informações extraídas de suas bases de dados, que gerou o gasto não previsto de horas trabalhadas de seus colaboradores.

Detalha ainda que as remoções de tais dados podem auxiliar pessoas má intencionadas, que contratam tais serviços escusos, a ludibriar terceiros em contratações de serviços, ocultar potenciais delitos e até mesmo prejudicar o acesso a fontes de dados que contribuem para a localização de pessoas procuradas por advogados em processos de execução.

Nada mais disse nem lhe foi perguntado. Nada mais havendo a tratar ou a relatar, determinou a Autoridade o encerramento do presente termo que, após lido e achado conforme, vai por todos devidamente assinado, inclusive por mim Escrivão(ã) de Polícia que parcialmente o digitei.



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA  
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO



Nº Inquérito: 2033621

Ano: 2025

Delegacia: DEIC-4ª DCCIBER-LAVAGEM

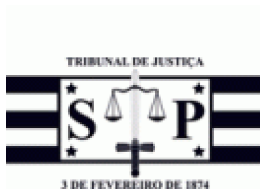
**TERMO DE DECLARAÇÕES**

Marcel O. Madruga De Souza  
Delegado(a) de Polícia

\_\_\_\_\_  
LUIS FELIPE FIOCATI MELGAREJO  
Declarante

Dra. Beatriz Callegari Romano - Advogado

Rafael Da Silva Luiz  
Escrivão(ã) de Polícia



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO PAULO**

**FORO CENTRAL CRIMINAL BARRA FUNDA**

**DIPO 4 - SEÇÃO 4.1.2**

Avenida Doutor Abraão Ribeiro, 313, Avenida D, Sala 484 - 2º Andar -  
Piso 2, Barra Funda - CEP 01133-020, Fone: (11) 2127-9609, São Paulo-  
SP - E-mail: dipo4@tjsp.jus.br

**Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min**

**ATO ORDINATÓRIO**

Processo Digital nº: **1519385-30.2025.8.26.0050**  
 Classe – Assunto: **Inquérito Policial - Outras fraudes**  
 Documento de Origem: **IP, IP, PORT - 2033621/2025 - DEIC-4ª DCCIBER-LAVAGEM, 38017142 - DEIC-4ª DCCIBER-LAVAGEM, 2033621 - DEIC-4ª DCCIBER-LAVAGEM**  
 Autor: **Justiça Pública**  
 Averiguado: **DESCONHECIDO**

**Ato Ordinatório**

Vista ao Ministério Público.  
 Pedido de Dilação de Prazo pela Autoridade Policial.

São Paulo, 27 de março de 2025.  
 Eu, \_\_\_\_, Carlos Weverlany Lima e Silva, Chefe de Seção  
 Judiciário.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI  
 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO PAULO****FORO CENTRAL CRIMINAL BARRA FUNDA****DIPO 4 - SEÇÃO 4.1.2**

Avenida Doutor Abraão Ribeiro, 313, Avenida D, Sala 484 - 2º Andar -  
Piso 2, Barra Funda - CEP 01133-020, Fone: (11) 2127-9609, São Paulo-  
SP - E-mail: dipo4@tjsp.jus.br

**CERTIDÃO DE REMESSA PARA O PORTAL ELETRÔNICO**

Processo nº: **1519385-30.2025.8.26.0050**  
Classe – Assunto: **Inquérito Policial - Outras fraudes**  
Autor: **Justiça Pública**  
Averiguado: **DESCONHECIDO**

**CERTIFICA-SE** que em 27/03/2025 o ato abaixo foi encaminhado ao  
**Portal Eletrônico do (a):** Ministério Público do Estado de São Paulo.

Teor do ato: Ato Ordinatório - Vista ao Ministério Público - Dilação de  
Prazo - Inquérito Eletrônico

São Paulo, (SP), 27 de março de 2025



**SP  
PODER JUDICIÁRIO**

## **CIÊNCIA DA INTIMAÇÃO**

**Autos nº: 1519385-30.2025.8.26.0050**

**Foro: Foro Central Criminal Barra Funda**

**Declaramos ciência nesta data, através do acesso ao portal eletrônico, do teor do ato transcrito abaixo.**

**Data da Intimação: 27/03/2025 15:14:05**

**Prazo: 6 dias**

**Intimado: Ministério Público do Estado de São Paulo**

**Teor do Ato: Ato Ordinatório - Vista ao Ministério Público - Dilação de Prazo - Inquérito Eletrônico**

**São Paulo (SP ), 27 de Março de 2025**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO PAULO****FORO CENTRAL CRIMINAL BARRA FUNDA****DIPO 4 - SEÇÃO 4.1.2****Avenida Doutor Abraao Ribeiro, 313, Avenida D, Sala 484 - 2º Andar -  
Piso 2, Barra Funda - CEP 01133-020, Fone: (11) 2127-9609, São Paulo-  
SP - E-mail: dipo4@tjsp.jus.br****Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min****CERTIDÃO**

Processo Digital n°: **1519385-30.2025.8.26.0050**  
Classe – Assunto: **Inquérito Policial - Outras fraudes**  
Documento de Origem: **Inquérito Policial, Inquérito Policial, Portaria - 2033621/2025 - DEIC-4ª  
DCCIBER-LAVAGEM, 38017142 - DEIC-4ª DCCIBER-LAVAGEM,  
2033621 - DEIC-4ª DCCIBER-LAVAGEM**  
Autor: **Justiça Pública**  
Averiguado: **DESCONHECIDO**

**C E R T I D ã O**

Certifica-se, nos termos do Provimento CG nº 6/2019, que o Ministério Público do Estado de São Paulo concordou com o pedido de dilação de prazo formulado pela Autoridade Policial. Nada Mais. São Paulo, 04 de abril de 2025. Carlos Weverlany Lima e Silva, Chefe de Seção Judiciário.

**DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE**


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO PAULO**
**FORO CENTRAL CRIMINAL BARRA FUNDA**
**DIPO 4 - SEÇÃO 4.1.2**
**Avenida Doutor Abraão Ribeiro, 313, Avenida D, Sala 484 - 2º Andar -  
Piso 2, Barra Funda - CEP 01133-020, Fone: (11) 2127-9609, São Paulo-  
SP - E-mail: dipo4@tjsp.jus.br**
**Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min**
**ATO ORDINATÓRIO**

Processo Digital n°: **1519385-30.2025.8.26.0050**  
 Classe – Assunto: **Inquérito Policial - Outras fraudes**  
 Documento de Origem: **Inquérito Policial, Inquérito Policial, Portaria - 2033621/2025 - DEIC-4ª  
DCCIBER-LAVAGEM, 38017142 - DEIC-4ª DCCIBER-LAVAGEM,  
2033621 - DEIC-4ª DCCIBER-LAVAGEM**  
 Autor: **Justiça Pública**  
 Averiguado: **DESCONHECIDO**

Remetidos os Autos ao Distrito Policial, independentemente de despacho,  
nos termos do Provimento CSM nº 2.519/2019.

Nada Mais. São Paulo, 04 de abril de 2025. Carlos Weverlany Lima e  
Silva, Chefe de Seção Judiciário.

**DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO PAULO****FORO CENTRAL CRIMINAL BARRA FUNDA****DIPO 4 - SEÇÃO 4.1.2**

Avenida Doutor Abraão Ribeiro, 313, Avenida D, Sala 484 - 2º Andar -  
Piso 2, Barra Funda - CEP 01133-020, Fone: (11) 2127-9609, São Paulo-  
SP - E-mail: dipo4@tjsp.jus.br

**CERTIDÃO DE REMESSA PARA O PORTAL ELETRÔNICO**

Processo nº: **1519385-30.2025.8.26.0050**  
Classe – Assunto: **Inquérito Policial - Outras fraudes**  
Autor: **Justiça Pública**  
Averiguado: **DESCONHECIDO**

**CERTIFICA-SE** que em 04/04/2025 o ato abaixo foi encaminhado ao  
**Portal Eletrônico do (a): SAJ-RDO.**

Teor do ato: Ato Ordinatório - Dilação de Prazo - Tramitação Direta -  
Crime

São Paulo, (SP), 04 de abril de 2025





SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA  
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO



fls. 62

Nº Inquérito: 2033621

Ano: 2025

Delegacia: DEIC-4ª DCCIBER-LAVAGEM

Sr. Escrivão,

- a) Junte-se as pesquisas Infoseg em nome dos investigados.
- b) Expeça-se ordem de serviço à equipe de investigação, a fim de que, no **prazo de 05 dias**, proceda com diligências para localização de endereço atualizado e subsequente intimação dos investigados Roger Cristian Almeida Viana, Luiz Fellipe Hau Maoski Chulka e Fabiano Dalloca, para que prestem os devidos esclarecimentos quanto aos fatos que lhes são imputados nos presentes autos.

**Marcel Madruga**  
Delegado de Polícia



## SENATRAM - RENACH



Nome  
ROGER CRISTIAN ALMEIDA VIANA CRUZ

CPF  
11491354410

Filiação 2  
GENILDO LUIS DA CRUZ

Nacionalidade  
BRASILEIRO(A)

Endereço  
RUA ARLINDO NOGUEIRA, 3820, CENTRO, 64000290, TERESINA - PI

Filiação 1  
CIRLENE ALMEIDA VIANA

D. N.  
29/05/1997

Sexo  
MASCULINO

## Receita Federal - PF

|   |  |  |
|---|--|--|
| Nome<br>ROGER CRISTIAN ALMEIDA VIANA CRUZ | Filiação 1<br>CIRLENE ALMEIDA VIANA                                | CPF<br>114.913.544-10                                |
| D. N.<br>29/05/1997                       | Data Últ. Atualização<br>17/11/2022                                | Título de Eleitor<br>N/I                             |
| Sexo<br>Masculino                         | Ano do Óbito<br>N/I  | Situação Cadastral<br>Regular                        |
| Residente no exterior<br>Não Residente    | Código e País<br>N/I   | Código Ocupação<br>1                                 |
| Código Ocupação principal<br>N/I          | Exercício natureza da ocupação e código ocupação principal<br>2022 | Endereço<br>AVENIDA JOAO XXIII 3820 APT 802 TORRE 02 |
| Município - UF<br>TERESINA - PI           | CEP<br>64051005  | Telefone<br>N/I                                      |
| Unidade Administrativa<br>TERESINA        | Indicativo de Estrangeiro<br>Não é estrangeiro                     |  |

## Receita Federal - PJ

|   |   |  |
|---|---|--|
| Nome Empresarial<br>ROGER CRISTIAN ALMEIDA VIANA CRUZ<br>11491354410    | Nome Fantasia<br>SUCESSO DO CLIENTE                     | CNPJ/Nº de Inscrição<br>45.831.525/0001-07               |
| Natureza Jurídica<br>EMPRESÁRIO (INDIVIDUAL)                            | Data Início Atividade<br>29/03/2022                     | UF<br>PI   |
| Situação Cadastral<br>ATIVA   | Matriz/Filial<br>Matriz                                 | Data da Situação Cadastral<br>29/03/2022                 |
| CNAE Principal<br>Reparação e manutenção de equipamentos de comunicação | CNAE Secundária<br>N/I                                  | Endereço<br>AVENIDA JOAO XXIII 3820 APT APT 802 TORRE 02 |
| Bairro<br>SAO CRISTOVAO   | Município<br>TERESINA                                   | CEP<br>64051005  |
| Telefone<br>(86) 94396033   | Telefone 2<br>N/I                                       | Email<br>ROGER15ADM@GMAIL.COM                            |
| CPF Responsável<br>114.913.544-10                                       | Nome Responsável<br>ROGER CRISTIAN ALMEIDA VIANA CRUZ   | Capital social da empresa<br>R\$ 200,00                  |
| Porte do Estabelecimento<br>MICRO EMPRESA                               | Opção pelo Simples Nacional<br>OPTANTE SIMPLES NACIONAL | Motivo Situação Cadastral<br>SEM MOTIVO                  |
| Fax<br>N/I  | Qualificação Responsável<br>EMPRESÁRIO                  | Data Opção Simples<br>29/03/2022                         |

## Dados do Contador

N/I



MTE - RAIS Trabalhadores

|                                   |                         |                       |
|-----------------------------------|-------------------------|-----------------------|
| Nome                              | CPF                     | Município - UF        |
| ROGER CRISTIAN ALMEIDA VIANA CRUZ | 11491354410             | Teresina - PI         |
| D. N.                             | Idade                   | Sexo                  |
| 29/05/1997                        | 21                      | Masculino             |
| Nacionalidade                     | Raça ou Cor             | Escolaridade          |
| Brasileira                        | PRETA                   | Ensino Médio Completo |
| PIS                               | Portador de Deficiência | Tipo de Deficiência   |
| 16081705219                       | Não                     | NÃO DEFICIENTE        |
| Número CTPS                       | Ano Chegada Brasil      |                       |
| 39705                             | N/I                     |                       |

Dados do Estabelecimento

|   |  |                            |
|---|--|----------------------------|
| Razão Social  |  | CNPJ/CEI                   |
| FERRONORTE INDUSTRIAL LTDA                              |  | 03119889000119             |
| Ind CEI Vinculado                                       | CEI Vinculado  | Tipo Estab                 |
| Não vinculado   | N/I  | CNPJ                       |
| Município   | CEP  | Tamanho do Estabelecimento |
| Teresina  | 64038100   | DE 250 A 499               |
| Classe de Atividade Econômica versão 2.0                | Subclasse de Atividade Econômica versão 2.0                            | Optante pelo Simples       |
| Produção de Relaminados, Trefilados e Perfilados de Aço | Produção de Relaminados, Trefilados e Perfilados de Aço, Exceto Arames | Não optante                |

Dados do Vínculo

|  |  |                                    |
|--|--|------------------------------------|
| Tipo de Vínculo  |  | Vínculo Ativo em 31/12             |
| Trabalhador urbano vinculado a empregador pessoa jurídica por contrato de trabalho regido pela CLT, por prazo indeterminado. |  | Inativo                            |
| Trabalhador com Alvará Judicial  | Tipo de Admissão   | Data de Admissão Declarada         |
| Não possui   | Admissão de empregado com emprego anterior (reemprego) ... - Atualizada na RAIS/2006 | 01/02/2018                         |
| Tipo de Salário  | VI Remun Média Nom   | VI Remun Média (SM)                |
| Mensal   | 1.653,91   | 1,73                               |
| VI Salário Contratual  | Tempo de Emprego   | Quantidade de horas da Contratação |
| 9,90   | 3  | 44                                 |
| Motivo do Desligamento   | Mês do Desligamento  | Dia do Desligamento                |
| Término do contrato de trabalho.   | Maio   | 1                                  |
| Contrato Parcial   | Contrato Intermitente  |                                    |
| Não  | Não  |                                    |

|                                |                         |                       |
|--------------------------------|-------------------------|-----------------------|
| Nome                           | CPF                     | Município - UF        |
| ROGER CRISTIAN ALMEIDA VIANA C | 11491354410             | N/I - N/I             |
| D. N.                          | Idade                   | Sexo                  |
| 29/05/1997                     | 21                      | Masculino             |
| Nacionalidade                  | Raça ou Cor             | Escolaridade          |
| Brasileira                     | BRANCA                  | Ensino Médio Completo |
| PIS                            | Portador de Deficiência | Tipo de Deficiência   |
| 16081705219                    | Não                     | NÃO DEFICIENTE        |
| Número CTPS                    | Ano Chegada Brasil      |                       |
| 39705                          | N/I                     |                       |

Dados do Estabelecimento

|                    |               |                            |
|--------------------|---------------|----------------------------|
| Razão Social       |               | CNPJ/CEI                   |
| MAGAZINE LUIZA S A |               | 47960950112868             |
| Ind CEI Vinculado  | CEI Vinculado | Tipo Estab                 |
| Não vinculado      | N/I           | CNPJ                       |
| Município          | CEP           | Tamanho do Estabelecimento |
| Teresina           | 64078820      | DE 100 A 249               |





|   |   |  |
|---|---|--|
| <i>Classe de Atividade Econômica versão 2.0</i><br>Comércio Varejista de Mercadorias em Geral, sem Predominância de Produtos Alimentícios | <i>Subclasse de Atividade Econômica versão 2.0</i><br>Lojas de departamentos ou magazines, exceto lojas francas (duty free) | <i>Optante pelo Simples</i><br>Não optante |
|---|---|--|

Dados do Vínculo

|  |   |   |
|--|---|---|
| <i>Tipo de Vínculo</i><br>Trabalhador urbano vinculado a empregador pessoa jurídica por contrato de trabalho regido pela CLT, por prazo indeterminado. | <i>Vínculo Ativo em 31/12</i><br>Ativo  |   |
| <i>Trabalhador com Alvará Judicial</i><br>Não possui   | <i>Tipo de Admissão</i><br>Admissão de empregado com emprego anterior (reemprego) ... - Atualizada na RAIS/2006 | <i>Data de Admissão Declarada</i><br>29/08/2018 |
| <i>Tipo de Salário</i><br>Mensal   | <i>VI Remun Média Nom</i><br>1.317,52   | <i>VI Remun Média (SM)</i><br>1,37              |
| <i>VI Salário Contratual</i><br>1.045,12   | <i>Tempo de Emprego</i><br>4  | <i>Quantidade de horas da Contratação</i><br>44 |
| <i>Motivo do Desligamento</i><br>NAO DESLIGADO NO ANO  | <i>Mês do Desligamento</i><br>NÃO DESLIGADO NO ANO  | <i>Dia do Desligamento</i><br>N/I               |
| <i>Contrato Parcial</i><br>Não   | <i>Contrato Intermitente</i><br>Não   |   |

O sigilo deste documento é protegido e controlado pela Lei Nº 12.527/2011. A divulgação, a revelação, o fornecimento, a utilização ou a reprodução desautorizada de seu conteúdo, a qualquer tempo, meio e modo, inclusive mediante acesso ou facilitação de acessos indevidos, constituem condutas ilícitas que ensejam responsabilidades penais, civis e administrativas.



## SENATRAM - RENACH



Nome  
LUIZ FELLIPE HAU MAOSKI CHULKA

CPF  
07695502901

Filiação 2  
JOAO CARLOS CHULKA

Nacionalidade  
BRASILEIRO(A)

Endereço  
RUA EUCLIDES DA CUNHA, 1363, AP 1604, BIGORRILHO, 80730360, CURITIBA - PR

Filiação 1  
LILIAN DAS GRACAS MAOSKI

D. N.  
21/10/1992

Sexo  
MASCULINO

## Receita Federal - PF

Nome  
LUIZ FELLIPE HAU MAOSKI CHULKA

D. N.  
21/10/1992

Sexo  
Masculino

Residente no exterior  
Não Residente

Código Ocupação principal  
N/I

Município - UF  
ARAQUARI - SC

Unidade Administrativa  
JOINVILLE

Filiação 1  
LILIAN DAS GRACAS MAOSKI

Data Últ. Atualização  
29/09/2021

Ano do Óbito  
N/I

Código e País  
N/I

Exercício natureza da ocupação e código ocupação principal  
2021

CEP  
89245000

Indicativo de Estrangeiro  
Não é estrangeiro

CPF  
076.955.029-01

Título de Eleitor  
N/I

Situação Cadastral  
Regular

Código Ocupação  
91

Endereço  
RODOVIA BR 280 7833

Telefone  
(41) 97846307

## SENATRAM - RENAVAL

| Placa   | Município - UF | Marca/Modelo            | Cor   | Ano Fabricação/Ano Modelo | CPF/CNPJ do Proprietário | Roubo/Furto |
|---------|----------------|-------------------------|-------|---------------------------|--------------------------|-------------|
| MGO8C66 | Joinville - SC | PEUGEOT/207PASSION XS A | PRETA | 2009/2010                 | 07695502901              | Não         |

O sigilo deste documento é protegido e controlado pela Lei Nº 12.527/2011. A divulgação, a revelação, o fornecimento, a utilização ou a reprodução desautorizada de seu conteúdo, a qualquer tempo, meio e modo, inclusive mediante acesso ou facilitação de acessos indevidos, constituem condutas ilícitas que ensejam responsabilidades penais, civis e administrativas.









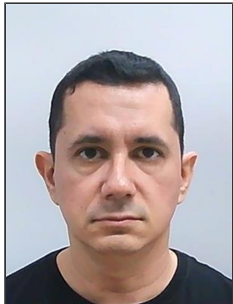
## DPF - SINARM

| Número SINARM   | Marca             | Modelo      | Espécie | Calibre |
|-----------------|-------------------|-------------|---------|---------|
| 201600869605462 | TAURUS ARMAS S.A. | PT58HC PLUS | Pistola | .380    |

## SINESP - Procedimentos

| Número Procedimento  | Nome(s)                  | Filiação 1      | CPF        | D. N.      |
|--|--------------------------|-----------------|------------|------------|
|  01/113836259-00/2024 /5107040 | FABIANO DALLOCA DE PAULA | N/I             | 6116210961 | 03/04/1988 |
|  01/116433129-00/2024 /5107040 | FABIANO DALLOCA DE PAULA | N/I             | 6116210961 | 03/04/1988 |
|  01/122790116-00/2025 /4106902 | FABIANO DALLOCA DE PAULA | N/I             | 6116210961 | 03/04/1988 |
|  59330299-00/2020/5107040      | FABIANO DALLOCA DE PAULA | OLIMPIA DALLOCA | 6116210961 | 03/04/1988 |

## SENATRAM - RENACH

|   |               |   |            |                 |
|---|---------------|---|------------|-----------------|
|  | Nome          | FABIANO DALLOCA DE PAULA  | Filiação 1 | OLIMPIA DALLOCA |
|   | CPF           | 06116210961   | D. N.      | 03/04/1988      |
|   | Filiação 2    | LUIZ ORLEI DE PAULA   | Sexo       | MASCULINO       |
|   | Nacionalidade | BRASILEIRO(A)   |            |                 |
|   | Endereço      | RUA VISCONDE DE NACAR, 1510, AP 1904, CENTRO, 80410201, CURITIBA - PR |            |                 |

## Receita Federal - PF

|                           |                          |  |                   |                    |                          |
|---------------------------|--------------------------|--|-------------------|--------------------|--------------------------|
| Nome                      | FABIANO DALLOCA DE PAULA | Filiação 1   | OLIMPIA DALLOCA   | CPF                | 061.162.109-61           |
| D. N.                     | 03/04/1988               | Data Últ. Atualização                                      | 03/04/2019        | Título de Eleitor  | N/I                      |
| Sexo                      | Masculino                | Ano do Óbito   | N/I               | Situação Cadastral | Regular                  |
| Residente no exterior     | Não Residente            | Código e País  | N/I               | Código Ocupação    | 11                       |
| Código Ocupação principal | 241                      | Exercício natureza da ocupação e código ocupação principal | 2019              | Endereço           | AVENIDA PORTO ALEGRE 440 |
| Município - UF            | PRIMAVERA DO LESTE - MT  | CEP  | 78850000          | Telefone           | N/I                      |
| Unidade Administrativa    | RONDONOPOLIS             | Indicativo de Estrangeiro                                  | Não é estrangeiro |                    |                          |

## Receita Federal - PJ

|                    |                                     |                       |            |                            |                    |
|--------------------|-------------------------------------|-----------------------|------------|----------------------------|--------------------|
| Nome Empresarial   | FABIANO DALLOCA DE PAULA & CIA LTDA | Nome Fantasia         | BOM PRECO  | CNPJ/Nº de Inscrição       | 14.685.566/0001-09 |
| Natureza Jurídica  | SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA       | Data Início Atividade | 17/11/2011 | UF                         | MT                 |
| Situação Cadastral | INAPTA                              | Matriz/Filial         | Matriz     | Data da Situação Cadastral | 09/10/2018         |





|   |  |   |
|---|--|---|
| <b>CNAE Principal</b><br>Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns | <b>CNAE Secundária</b><br>Comércio varejista de laticínios e frios | <b>CNAE Secundária</b><br>Comércio varejista de doces, balas, bombons e semelhantes |
| <b>CNAE Secundária</b><br>Comércio varejista de carnes - açougues   | <b>CNAE Secundária</b><br>Comércio varejista de bebidas            | <b>CNAE Secundária</b><br>Comércio varejista de hortifrutigranjeiros                |
| <b>Endereço</b><br>RUA SUCUPIRA 92  | <b>Bairro</b><br>PRIMAVERA III                                     | <b>Município</b><br>PRIMAVERA DO LESTE  |
| <b>CEP</b><br>78850000  | <b>Telefone</b><br>(66) 34982011                                   | <b>Telefone 2</b><br>(66) 34982011  |
| <b>Email</b><br>N/I   | <b>CPF Responsável</b><br>061.162.109-61                           | <b>Nome Responsável</b><br>FABIANO DALLOCA DE PAULA                                 |
| <b>Capital social da empresa</b><br>R\$ 20.000,00   | <b>Porte do Estabelecimento</b><br>MICRO EMPRESA                   | <b>Opção pelo Simples Nacional</b><br>EXCLUIDO SIMPLES NACIONAL                     |
| <b>Motivo Situação Cadastral</b><br>OMISSAO DE DECLARACOES  | <b>Fax</b><br>(66) 34982011  | <b>Qualificação Responsável</b><br>SÓCIO-ADMINISTRADOR                              |
| <b>Data Opção Simples</b><br>17/11/2011   |  |   |

## Dados do Contador

|   |   |  |
|---|---|--|
| <b>CPF do Contador</b><br>441.655.790-68  | <b>Nome do contador</b><br>VANDERLEI FRANCISCONI TOLFO                            | <b>Número do CRC do contador</b><br>4215                 |
| <b>Tipo do CRC do contador</b><br>O   | <b>Classificação do CRC do contador</b><br>Profissional                           | <b>UF CRC Contador</b><br>MT                             |
| <b>Nome Empresarial</b><br>REDE INTERAGE EDUCACIONAL LTDA   | <b>Nome Fantasia</b><br>REDE INTERAGE EDUCACIONAL                                 | <b>CNPJ/Nº de Inscrição</b><br>26.205.436/0001-00        |
| <b>Natureza Jurídica</b><br>SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA   | <b>Data Início Atividade</b><br>13/09/2016  | <b>UF</b><br>MT  |
| <b>Situação Cadastral</b><br>ATIVA  | <b>Matriz/Filial</b><br>Matriz  | <b>Data da Situação Cadastral</b><br>19/03/2021          |
| <b>CNAE Principal</b><br>Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial                        | <b>CNAE Secundária</b><br>Atividades de apoio à educação, exceto caixas escolares | <b>CNAE Secundária</b><br>Comércio varejista de livros   |
| <b>CNAE Secundária</b><br>Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática | <b>CNAE Secundária</b><br>Cursos preparatórios para concursos                     | <b>CNAE Secundária</b><br>Educação infantil - pré-escola |
| <b>CNAE Secundária</b><br>Educação profissional de nível técnico  | <b>CNAE Secundária</b><br>Educação profissional de nível tecnológico              | <b>CNAE Secundária</b><br>Educação superior - graduação  |
| <b>CNAE Secundária</b><br>Educação superior - pós-graduação e extensão                                  | <b>CNAE Secundária</b><br>Ensino de idiomas                                       | <b>Endereço</b><br>AVENIDA CASCAVEL 112 SALA 2           |
| <b>Bairro</b><br>PRIMAVERA II   | <b>Município</b><br>PRIMAVERA DO LESTE  | <b>CEP</b><br>78850000                                   |
| <b>Telefone</b><br>(66) 99011113  | <b>Telefone 2</b><br>(66) 96309248  | <b>Email</b><br>DOUGLAS_BINI@HOTMAIL.COM                 |
| <b>CPF Responsável</b><br>061.162.109-61  | <b>Nome Responsável</b><br>FABIANO DALLOCA DE PAULA                               | <b>Capital social da empresa</b><br>R\$ 60.000,00        |
| <b>Porte do Estabelecimento</b><br>MICRO EMPRESA  | <b>Opção pelo Simples Nacional</b><br>NAO OPTANTE                                 | <b>Motivo Situação Cadastral</b><br>SEM MOTIVO           |
| <b>Fax</b><br>N/I   | <b>Qualificação Responsável</b><br>ADMINISTRADOR                                  | <b>Data Opção Simples</b><br>N/I                         |

## Dados do Contador

|  |   |   |
|--|---|---|
| <b>CPF do Contador</b><br>924.105.451-49 | <b>Nome do contador</b><br>DOUGLAS SIMONINI BINI        | <b>Número do CRC do contador</b><br>17798 |
| <b>Tipo do CRC do contador</b><br>O      | <b>Classificação do CRC do contador</b><br>Profissional | <b>UF CRC Contador</b><br>MT              |



|  |   |   |
|--|---|---|
| <b>Nome Empresarial</b><br>FABIANO DALLOCA - SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA | <b>Nome Fantasia</b><br>N/I   | <b>CNPJ/Nº de Inscrição</b><br>47.518.563/0001-30           |
| <b>Natureza Jurídica</b><br>SOCIEDADE UNIPESSOAL DE ADVOCACIA                  | <b>Data Início Atividade</b><br>20/06/2022  | <b>UF</b><br>MT   |
| <b>Situação Cadastral</b><br>ATIVA   | <b>Matriz/Filial</b><br>Matriz  | <b>Data da Situação Cadastral</b><br>20/06/2022             |
| <b>CNAE Principal</b><br>Serviços advocatícios                                 | <b>CNAE Secundária</b><br>N/I   | <b>Endereço</b><br>AVENIDA SAO JOAO 605 LOTE 0004 QUDRA 031 |
| <b>Bairro</b><br>CIDADE PRIMAVERA I  | <b>Município</b><br>PRIMAVERA DO LESTE  | <b>CEP</b><br>78850000                                      |
| <b>Telefone</b><br>(66) 96309248   | <b>Telefone 2</b><br>N/I  | <b>Email</b><br>CONTABILIDADE.CLEITON@OUTLOOK.COM           |
| <b>CPF Responsável</b><br>061.162.109-61                                       | <b>Nome Responsável</b><br>FABIANO DALLOCA DE PAULA   | <b>Capital social da empresa</b><br>R\$ 100.000,00          |
| <b>Porte do Estabelecimento</b><br>DEMAIS                                      | <b>Opção pelo Simples Nacional</b><br>NAO OPTANTE   | <b>Motivo Situação Cadastral</b><br>SEM MOTIVO              |
| <b>Fax</b><br>N/I  | <b>Qualificação Responsável</b><br>TITULAR PESSOA FÍSICA RESIDENTE OU DOMICILIADO NO BRASIL | <b>Data Opção Simples</b><br>N/I                            |

#### Dados do Contador

|  |   |   |
|--|---|---|
| <b>CPF do Contador</b><br>026.966.861-65 | <b>Nome do contador</b><br>CLEITON BARBOSA MATOS        | <b>Número do CRC do contador</b><br>18965 |
| <b>Tipo do CRC do contador</b><br>O      | <b>Classificação do CRC do contador</b><br>Profissional | <b>UF CRC Contador</b><br>MT              |

#### SENATRAM - RENAVAL

| Placa   | Município - UF          | Marca/Modelo           | Cor      | Ano Fabricação/Ano Modelo | CPF/CNPJ do Proprietário | Roubo/Furto |
|---------|-------------------------|------------------------|----------|---------------------------|--------------------------|-------------|
| KEH1426 | Primavera do Leste - MT | VW/GOLF                | PRATA    | 2001/2001                 | 06116210961              | Não         |
| NJA2933 | Primavera do Leste - MT | YAMAHA/FACTOR YBR125 E | VERMELHA | 2008/2009                 | 06116210961              | Não         |

O sigilo deste documento é protegido e controlado pela Lei Nº 12.527/2011. A divulgação, a revelação, o fornecimento, a utilização ou a reprodução desautorizada de seu conteúdo, a qualquer tempo, meio e modo, inclusive mediante acesso ou facilitação de acessos indevidos, constituem condutas ilícitas que ensejam responsabilidades penais, civis e administrativas.



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO  
Departamento Estadual de Investigações Criminais - DEIC  
Divisão de Crimes Cibernéticos - DCCIBER  
4ª. DCCIBER – Delegacia de Lavagem de Ativos Ilícitos por Meios Eletrônicos

| ORDEN DE SERVIÇO N.: _____ /2025   |  |       |                      |               |         |
|--|--|-------|----------------------|---------------|---------|
| IPE:   | 2033621/2025                           | B.O.: |                      | Denúncia n.º: |         |
| Natureza:  | FURTO QUALIFICADO                      |       |                      |               |         |
| Vítima(s):   | JUSBRASIL                              |       |                      |               |         |
| Indiciado(s):  | A ESCLARECER                           |       |                      |               |         |
| Escrivão:  | RAFAEL                                 | Data: | 14/05/2025           | Prazo:        | 30 Dias |
| RESUMO DOS FATOS   |  |       |                      |               |         |
| - Inquérito Policial para apurar notícia de invasão de sistemas da empresa JUSBRASIL para exclusão de informações armazenados em seus bancos de dados.   |  |       |                      |               |         |
| DILIGÊNCIAS  |  |       |                      |               |         |
| 1) Deverão os Senhores Investigadores de Polícia realizarem diligências visando notificar os investigados os investigados Roger Cristian Almeida Viana, Luiz Fellipe Hau Maoski Chulka e Fabiano Dalloca |  |       |                      |               |         |
| CUMPRA-SE.   |  |       |                      |               |         |
| AUTORIZAÇÃO  |  |       |                      |               |         |
| Visto do Delegado de Polícia   | Visto do Investigador de Polícia Chefe |       | Visto da Equipe/Data |               |         |
|  |  |       |                      |               |         |
| Marcel Oliveira Madruga de Souza   | Marco Eduardo Julio de Oliveira        |       | EQUIPE 45            |               |         |



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA  
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO



Nº Inquérito: 2033621

Ano: 2025

Delegacia: DEIC-4ª DCCIBER-LAVAGEM

**PEDIDO DE PRAZO**

CONCLUSÃO – Nesta data, faço os presentes autos conclusos ao Dr.(a) Marcel O. Madruga De Souza, delegado(a) de polícia, do que, para constar, lavro o presente termo. Eu, \_\_\_\_\_, escrivão(ã) de polícia que o digitei e assino.

Senhor(a) escrivão(ã).

Considerando que o prazo de permanência em cartório do presente encontra-se esgotado e, faltando diligências imprescindíveis ao deslinde das investigações (**intimação de suspeitos**), nos termos do art. 10º, § 3º, do CPP, encaminhem-se os autos ao fórum competente solicitando dilação do prazo.

S.PAULO, 14 de Maio de 2025.

Marcel O. Madruga De Souza  
Delegado(a) de Polícia

DATA/CERTIDÃO – Certifico e dou fé que, em 14/05/2025, dei integral cumprimento ao despacho supra da Autoridade Policial, como adiante se vê, do que, para constar, lavro o presente termo. O referido é verdade e dou fé. Eu, \_\_\_\_\_, escrivão(ã) de polícia, que o digitei e assino.





SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA  
**POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
 DEIC - Departamento Estadual de Investigações Criminais  
 UIP



**Relatório de Extração de Dados**

Código

TEL\_20250514\_032016

Delegacia

4º DCCIBER

Status

Nova Solicitação

Data Solicitação

2025-05-14 15:20:16

Número do Procedimento

2033621/2025

Data Inicial

2025-04-01

Data Final

2025-05-14

Cadastro por

Dr MARCEL OLIVEIRA MADRUGA DE SOUZA

Vítima

Jusbrasil

Natureza Jurídica

violacao segredo

Breve Relato

obtenção dos numeros dos Investigados.

Números

CPF - Linhas no CPF

11491354410

CPF - Linhas no CPF

07695502901

CNPJ - Linhas no CNPJ

45831525000107

CPF - Linhas no CPF

06116210961

Resposta

Documento gerado 14-05-2025 15:24:23

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO PAULO****FORO CENTRAL CRIMINAL BARRA FUNDA****DIPO 4 - SEÇÃO 4.1.2****Avenida Doutor Abraão Ribeiro, 313, Avenida D, Sala 484 - 2º Andar -  
Piso 2, Barra Funda - CEP 01133-020, Fone: (11) 2127-9609, São Paulo-  
SP - E-mail: dipo4@tjsp.jus.br****Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min****ATO ORDINATÓRIO**

Processo Digital nº: **1519385-30.2025.8.26.0050**  
Classe – Assunto: **Inquérito Policial - Outras fraudes**  
Documento de Origem: **IP, IP, PORT - 2033621/2025 - DEIC-4ª DCCIBER-LAVAGEM, 38017142 -  
DEIC-4ª DCCIBER-LAVAGEM, 2033621 - DEIC-4ª DCCIBER-LAVAGEM**  
Autor: **Justiça Pública**  
Averiguado: **DESCONHECIDO**

**Ato Ordinatório**

Vista ao Ministério Público.  
Pedido de Dilação de Prazo pela Autoridade Policial.

São Paulo, 15 de maio de 2025.  
Eu, \_\_\_\_, Carlos Weverlany Lima e Silva, Chefe de Seção  
Judiciário.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI  
11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**